



Comissão
Europeia

PANORAMA

Foco na Política Regional e Urbana

PRIMAVERA 2019 / N.º 68

Noroeste da Roménia no bom caminho

COMISSÁRIA
CORINA CREȚU:
REALIZAÇÕES
PASSADAS,
PLANOS
FUTUROS



Política Regional
e Urbana

PANORAMA

Nesta edição...

A edição da primavera da revista *Panorama*, que está agora disponível para transferência, abrange um vasto leque de temas, desde questões urbanas até à cultura, passando pela transição industrial.

Inclui uma entrevista exclusiva com a Comissária Corina Crețu, que passa em retrospectiva os últimos quatro anos e analisa os resultados alcançados pela política de coesão neste período. O nosso foco regional desta vez é o Noroeste da Roménia, com uma seleção de projetos e observações de Emil Boc, presidente do município de Cluj-Napoca, e Marcel Ioan Boloș, chefe da Agência de Desenvolvimento Regional. Exploramos ainda as conclusões de um recente relatório do URBACT sobre o modo como as administrações municipais podem ajudar a alcançar uma maior igualdade de género em vários domínios e descobrimos como é que a iniciativa «Energia Limpa para as Ilhas da UE» está a ajudar as ilhas a produzirem a sua própria energia sustentável.

Na secção «Nas suas próprias palavras», apresentamos reflexões vindas da Chéquia e da região de Cujávia-Pomerânia, na Polónia, e conhecemos as experiências de jovens no programa

mediático Youth4Regions. Além disso, observamos o modo fascinante como as vantagens da política de coesão foram salientadas num programa de televisão nacional na Estónia.

Descobrimos de que modo os programas Interreg inspiraram a Coreia do Sul nos seus esforços de cooperação com os países vizinhos, analisamos a disseminação do populismo e do euroceticismo, e incluímos ainda as secções habituais sobre os instrumentos financeiros e as conclusões do nosso portal de dados abertos. Na secção de projetos, visitamos a Polónia, os Países Baixos e a zona dos Alpes.

Boa leitura!

AGNÈS MONFRET

Chefe da Unidade de Comunicação, Direção-Geral da Política Regional e Urbana, Comissão Europeia



4



22



36



38

EDITORIAL.....	3	TELEVISÃO ESTÓNIA APRESENTA	
A COMISSÁRIA CORINA CREȚU REFLETE SOBRE		PROJETOS FINANCIADOS PELA UE	36
O SEU MANDATO	4	ESTÍMULO DO PACTO DE INTEGRIDADE PARA PORTUGAL	38
RELATÓRIOS DO URBACT SOBRE		PONTO DE DADOS: METAS DA AÇÃO CLIMÁTICA	40
A IGUALDADE DE GÉNERO.....	8	COMUNIDADES LOCAIS DA POLÓNIA	
FI-COMPASS INDICA O CAMINHO.....	12	ASSUMEM A LIDERANÇA.....	42
NOROESTE DA ROMÉNIA		CHÉQUIA: POLÍTICA DE COESÃO PÓS-2020	43
CONTINUA NO BOM CAMINHO	14	DELEGAÇÃO DA COREIA CONHECE O INTERREG.....	44
ENERGIA LIMPA PARA AS ILHAS DA UE	22	NOTÍCIAS BREVES.....	47
UM MAPA DO DESCONTENTAMENTO NA UE	28	PROJETOS DOS PAÍSES BAIXOS,	
ESTRATÉGIAS VENCEDORAS DO YOUTH4REGIONS.....	32	DA POLÓNIA E DA REGIÃO ALPINA	48

EDITORIAL

Os programas da política de coesão para 2021-2027 estão em curso. Na sequência da adoção das propostas da Comissão para o novo período, em maio de 2018, os departamentos da Comissão têm estado ocupados com a avaliação das necessidades de investimento, dos desafios e do potencial de cada Estado-Membro. Chegou a hora de apresentar os pontos de vista da Comissão sobre a melhor forma de a política de coesão apoiar estas ambições de investimento, capacitando uma vez mais as regiões europeias para alcançar as prioridades a nível da UE — nomeadamente uma Europa mais inteligente, mais verde, livre de carbono, mais interligada, mais social e mais próxima dos seus cidadãos.

Nesta ronda, pela primeira vez, a apresentação dos novos programas está associada à adoção de relatórios por país no âmbito do ciclo do Semestre Europeu para a coordenação das políticas económicas. O objetivo é garantir que as prioridades de investimento da política de coesão para 2021-2027 contribuam para alcançar os objetivos mais gerais da coordenação das políticas económicas da UE, nomeadamente garantir a solidez das finanças públicas, prevenir os desequilíbrios macroeconómicos excessivos, apoiar as reformas estruturais para criar mais emprego e crescimento e estimular o investimento.

Assim, à semelhança das nossas responsabilidades comuns, também os desafios são significativos. Foi por este motivo que quisemos visitar as capitais de todos os Estados-Membros, conhecer as várias partes interessadas na política de coesão e realizar um primeiro intercâmbio de estratégias para trabalhar melhor em conjunto nestes novos programas. Este é o objetivo dos 27 eventos nacionais de lançamento realizados durante os meses de março e abril de 2019: oferecer-lhe a oportunidade de conhecer um amplo conjunto de funcioná-

rios de diferentes departamentos da Comissão e discutir as prioridades do seu país no que diz respeito aos investimentos da política de coesão no período de 2021-2027 – um processo no qual tenho a honra de participar.

Estes eventos de lançamento são, contudo, apenas o primeiro passo num diálogo de parceria que se deverá prolongar por vários meses. Gostaria de encorajar vivamente o leitor a desempenhar um papel ativo neste diálogo. Digo muitas vezes que as partes interessadas na política de coesão são a sua alma, sobretudo no que diz respeito à conceção e à elaboração dos programas.

Os vossos conhecimentos e experiência poderão fazer uma verdadeira diferença na década que se avizinha.

Entretanto, gostaria também de convidar o leitor a juntar-se a nós para promover a participação dos cidadãos nas próximas eleições europeias. Vários funcionários da UE já estão no terreno, em interação direta com os europeus, sobretudo no contexto dos diálogos com os cidadãos. No entanto, estes esforços serão seguramente muito mais produtivos com o seu apoio, uma vez que se encontra numa posição privilegiada para explicar aos seus concidadãos europeus, nas suas próprias palavras, o que a União faz, proporciona e alcança para eles, no centro do maior bloco económico do mundo. Vamos unir forças! ■



Corina Crețu

Comissária Europeia para a Política Regional

A Comissária Corina Crețu reflete sobre as realizações da política de coesão

À medida que se aproxima do final do seu mandato enquanto comissária responsável pela Política Regional e Urbana, Corina Crețu salienta alguns dos principais êxitos da política de coesão nas regiões da União Europeia e procura futuras oportunidades para esta fazer a diferença como pilar central do projeto europeu.



A Comissão Juncker comprometeu-se a alcançar resultados em muitos domínios nos últimos cinco anos.

Quais são as três principais realizações da política de coesão de que mais se orgulha?

Orgulho-me das inúmeras realizações alcançadas durante o meu mandato enquanto comissária responsável pela Política Regional. Através do financiamento de centenas de milhares de projetos em toda a Europa, a política de coesão garante que todas as regiões, cidades e aldeias podem beneficiar do projeto europeu. Trata-se de uma ligação forte e direta entre a União Europeia (UE) e as suas regiões e municípios, que é crucial num momento em que o populismo e o euroceticismo podem ser respostas tentadoras para alguns cidadãos.

O Grupo de Trabalho para a Execução ajudou oito Estados-Membros (Bulgária, Croácia, Chéquia, Hungria, Itália, Roménia, Eslováquia e Eslovénia) a fazerem uma utilização rápida e correta dos restantes fundos da política de coesão do período orçamental de 2007-2013, que, caso contrário, teriam sido perdidos e não teriam servido o seu objetivo, que con-

siste em gerar crescimento e criar postos de trabalho. Mais tarde, o grupo de trabalho também se concentrou na execução dos programas do período de 2014-2020, sobretudo apoiando as capacidades administrativas e aprendendo com as lições do passado.

O grupo de alto nível para a simplificação, que foi criado entre julho de 2015 e novembro de 2017, demonstrou que é possível simplificar drasticamente as regras, mantendo simultaneamente padrões elevados no que diz respeito à boa gestão dos fundos da UE. Este também contribuiu para a proposta de uma melhor política de coesão no próximo período orçamental da UE, que terá início em 2021. Entre os resultados deste grupo, a Comissão já propôs um tratamento mais favorável das PME que invistam em investigação e inovação, e a proposta legislativa da Comissão para o período pós-2020 é 50% mais curta do que a legislação atual.

Tanto a iniciativa para as regiões menos desenvolvidas como a iniciativa para as regiões carboníferas em transição sublinharam a necessidade de uma aborda-

gem por medida à transição industrial e à modernização económica, para que todas as regiões possam ter o seu lugar num mundo globalizado.

Com a iniciativa para as regiões menos desenvolvidas («**Catching up**»), estamos a ajudar as regiões com baixos rendimentos a superarem obstáculos ao crescimento relacionados com o quadro macroeconómico, com as reformas estruturais, com a governação e com o investimento, bem como com os fundos da UE (Fundos Europeus Estruturais e de Investimento – FEEI). Mais concretamente, ajudámos dois tipos de regiões: as «regiões com baixo crescimento» – caracterizadas por uma ausência persistente de crescimento pelo menos ao longo da última década (sobretudo no sul da Europa); e as «regiões com baixo rendimento» – cujo PIB está a aumentar, mas que continuam a ser muito pobres. No âmbito desta iniciativa, temos quatro regiões-piloto, duas na Polónia e duas na Roménia, que conseguiram realizar algumas mudanças estruturais significativas. A segunda fase desta iniciativa está atualmente em curso em novas regiões e com novos temas, como a eficiência energética nas chamadas «regiões car-

boníferas em transição» e a transição industrial. No início de 2018, a iniciativa foi lançada oficialmente em duas regiões da Eslováquia, centrada nas suas necessidades específicas.

A iniciativa «**regiões carboníferas em transição**» é dirigida a sete países (Polónia, Alemanha, Chéquia, Roménia, Bulgária, Grécia e Espanha) nos quais o carvão ainda é uma fonte importante de energia e de emprego, para os apoiar na transição para uma eficiência energética moderna e mais limpa. O setor do carvão emprega atualmente cerca de 237 000 pessoas em sete países. Os peritos interagem de perto com as administrações regionais e nacionais interessadas em participar no desenvolvimento de soluções pragmáticas para apoiar o processo de transformação estrutural de forma flexível. Os programas já incluem apoio, por exemplo às PME, à inovação, à transição hipocarbónica, à inclusão social e à transformação e modernização gerais da sociedade. O financiamento total da política de coesão disponível para as regiões correspondentes está estimado em cerca de 20 mil milhões de euros para o período de 2014-2020. Por exemplo, acordámos

com as autoridades checas uma reafetação específica de 232 milhões de euros para as regiões carboníferas em transição. Do mesmo modo, para dar seguimento a várias missões na Polónia, estamos agora a apoiar seis projetos emblemáticos na Silésia, com um total de 100 milhões de euros.

Em termos mais gerais, penso que nos podemos congratular com o montante e a eficácia dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento. De acordo com as informações mais recentes disponíveis na plataforma de Dados Abertos, no final de setembro de 2018 tinham sido investidos 405 mil milhões de euros destes fundos na economia real da Europa. Este valor representa quase dois terços do orçamento dos FEEI investidos até meio do período orçamental da UE de 2014-2020.

Liderar a política de coesão significa trabalhar de perto, todos os dias, com partes interessadas a vários níveis: nacional, regional e local. Como é que realizou esse trabalho?

Devido à ligação direta que a política de coesão cria com as partes interessadas,

tive a oportunidade de ver o impacto dos projetos financiados pela UE nos Estados-Membros. Durante o meu mandato, também considerei importante discutir os desafios e as oportunidades com as autoridades de gestão e os beneficiários diretos. Fiz, em especial, questão de consultar as partes interessadas locais sobre questões específicas, como discutir a imigração com os autarcas, a transição industrial com os presidentes das regiões, etc. Além disso, procurei promover as relações com os países e as regiões fora da UE, para desenvolver relações e partilhar boas práticas. Neste contexto, considero que as minhas visitas oficiais a Quito, no Equador – para o Fórum Urbano Mundial Habitat III – e a Kuala Lumpur (Malásia) e à China foram muito interessantes e produtivas.

Como evoluiu a forma como gerimos e comunicamos a política de coesão? Estamos mais próximos dos cidadãos?

Infelizmente, ainda testemunhamos um aumento do apoio anti-UE e populista, tanto no continente como no resto do mundo, conforme demonstrado pelo recente estudo da DG REGIO sobre a votação anti-UE (ver «A geografia do descontentamento», p. 28). As desigual-



Corina Crețu reúne-se com os membros da equipa do projeto financiado pela UE MASMEC Biomed, em Itália



Corina Crețu cumprimenta Huang Qiang, vice-governador da província de Henan, na China Central



Corina Crețu com Emmanuel Macron durante uma visita ao Senado francês, em Paris, para apresentar propostas para a futura política de coesão

dades estão certamente ligadas a este fenómeno, uma vez que as pessoas sentem que as instituições não respondem adequadamente às suas necessidades e exigências de mais direitos e de um maior bem-estar.

A política de coesão é crucial para abordar esta questão. Como o nome sugere, a política de coesão pretende assegurar a solidariedade e a prosperidade para todos. Garante que todas as regiões, cidades e aldeias podem beneficiar do projeto europeu e podem almejar a padrões de vida mais elevados, graças ao apoio da política de coesão.

Infelizmente, isto não é facilmente visível para toda a gente. Por exemplo, uma nova autoestrada financiada pela UE numa

região deve ser correlacionada com as novas oportunidades de emprego que surgem nessa região. São efeitos indiretos como este que muitas pessoas não veem.

A melhor forma de combater o euroceticismo é demonstrar aos cidadãos que a UE lhes traz muitas vantagens e que temos muito boas histórias para contar. Temos várias atividades de comunicação que visam tornar a nossa política mais visível entre os cidadãos: campanhas, nomeadamente nas redes sociais, projetos e eventos, como os Diálogos com os Cidadãos.

Posso referir, por exemplo, a campanha «A UE na minha região» no âmbito da qual, no ano passado, mais de 2 500 projetos de 27 países abriram as

portas a mais de 450 000 visitantes para exibirem os seus projetos cofinanciados pela UE.

Além disso, o projeto «Road Trip» é uma iniciativa que proporciona aos jovens europeus uma oportunidade de experimentarem em primeira mão o que a solidariedade da UE representa e a sua atividade no terreno. Trata-se de uma viagem pela Europa relacionada com os projetos em que os participantes atuam como embaixadores de um conjunto de projetos e iniciativas apoiados pela UE. Durante quatro meses em 2018, oito viajantes atravessaram mais de 20 países, visitaram mais de 50 projetos cofinanciados pela UE e produziram mais de 60 vídeos que foram visualizados 22,8 milhões de vezes.



A Comissária Corina Crețu com Carlos Martinez Minguez, vice-presidente do Conselho dos Municípios e Regiões da Europa durante o 9.º Fórum Urbano Mundial, em Kuala Lumpur, na Malásia



Corina Crețu (esquerda, à frente), com Gabrijela Zalac, ministra croata do Desenvolvimento Regional e dos Fundos da UE (ao seu lado), visitam uma comunidade cigana na Croácia

Como vê a Europa e a política de coesão daqui a dez anos?

A política de coesão continuará, em cooperação com outros instrumentos da UE, a ser a política local mais eficaz para abordar este tipo de desafios. A este respeito, a Comissão propôs uma conceção revista estruturada em torno de alguns princípios fundamentais.

Os programas serão mais flexíveis e adaptáveis através de um menu de programação mais leve, de uma modificação mais fácil e de uma revisão intercalar sistémica dos programas em 2025. A concentração de recursos nas principais prioridades da UE (inovação e clima) com menos condições favoráveis e mais operacionais, garantirá a eficácia. Além disso,

a política será mais estratégica, alinhando-se melhor com o Semestre Europeu.

A simplificação, através de um conjunto de cerca de 80 medidas, visa acelerar a aceitação eficaz da execução e reduzir acentuadamente os encargos administrativos para as autoridades de gestão e para os beneficiários. Mais concretamente, o cancelamento do procedimento de designação de organismos de gestão e de controlo, o recurso alargado a opções de custos simplificados, o abandono dos principais procedimentos dos projetos e uma redução acentuada nas verificações de gestão deverão trazer vantagens substanciais.

Com a continuação do apoio político, vejo a política de coesão como um pilar

central do projeto europeu, tanto em termos de melhorias concretas para as vidas dos cidadãos, como em termos de promoção da solidariedade e do sentido de identidade europeia.

Tem uma última mensagem para os leitores da revista Panorama?

A minha mensagem é simples: obrigada! a vossa dedicação, imaginação e trabalho árduo são extremamente valiosos e contribuíram definitivamente para o êxito da nossa política. Obrigada por fazerem parte da nossa equipa e por tornarem o meu trabalho não só mais visível, mas também muito mais fácil e gratificante nos últimos cinco anos! Desejo-vos o melhor para o futuro! ■



Igualdade de género: como os municípios podem assumir a liderança

Um novo relatório do programa URBACT da União Europeia demonstra de que modo as administrações municipais podem adotar algumas medidas simples e práticas rumo à igualdade de género através da recolha de dados, de políticas e de consultas, melhorando assim a vida quotidiana dos cidadãos em toda a União Europeia.

S seja através da desconstrução de estereótipos prejudiciais, da alteração do modo de distribuição orçamental ou da melhoria do apoio às empresárias, são muitas as formas como as administrações municipais podem assumir a liderança na luta pela igualdade de género. Um novo relatório do programa URBACT salienta uma série de práticas inovadoras aplicadas em municípios em toda a União Europeia (UE) e propõe formas práticas de as administrações poderem fazer uma verdadeira diferença nas vidas dos seus cidadãos.

O URBACT é um programa de Cooperação Territorial Europeia que visa promover o desenvolvimento urbano sustentável e integrado nos municípios de toda a Europa. A sua missão

consiste em permitir que os municípios trabalhem em conjunto e desenvolvam soluções integradas para desafios urbanos comuns através de trabalho em rede, da partilha de experiências e da identificação de boas práticas.

Por exemplo, na Estónia, a rede URBACT Cidades Interativas permitiu que o município de Tartu reforçasse a participação dos cidadãos no planeamento urbano, com incidência na mobilização dos jovens, no âmbito da sua motivação contínua em digitalizar a sua administração. Além disso, em Nápoles, Itália, a iniciativa 2nd Chance deu uma nova vida a um antigo hospital militar abandonado, transformando-o num espaço comunitário popular polivalente.

Agora, o relatório do URBACT sobre a igualdade de género nos municípios (Gender Equal Cities) pretende demonstrar às administrações municipais de que modo podem aplicar políticas e iniciativas sensíveis ao género para melhorar as vidas quotidianas dos seus habitantes. As autoras pretendem sensibilizar para as desigualdades de género a nível local, demonstrar o modo como estas afetam os cidadãos e salientar as medidas que os municípios podem adotar para abordar as questões levantadas.

«*Após consulta das mulheres no conselho municipal, atribuímos nomes de polacas famosas a 25 novas estradas. Trata-se de uma realização muito visível! Agora, quando passeiam pelas ruas, as pessoas celebram as realizações das mulheres ao longo da história.*»

Marta Mazurek, vereadora com o pelouro da Igualdade de Tratamento, Poznań



Fazer as perguntas certas

O relatório «Gender Equal Cities» defende que as administrações locais devem promover mudanças positivas através da definição de prioridades e da integração da perspetiva de género na elaboração de políticas.

«A igualdade de género é, por natureza, um objetivo a longo prazo, pelo que o presente relatório não é exaustivo, mas sim uma reflexão das preocupações atuais, uma apresentação de boas práticas e uma avaliação do contexto atual», afirma a coautora Sally Kneeshaw. «Em vez de oferecer soluções prontas a usar, é um ponto de partida: um gatilho que desencadeia a formulação das perguntas certas, para apoiar todos os decisores políticos urbanos na melhoria da igualdade de género na Europa».

O relatório salienta iniciativas inovadoras e fáceis de replicar, que já foram aplicadas em vários municípios europeus.

Em Râmnicu Sărat, na Roménia, por exemplo, as autoridades perceberam que as instalações desportivas municipais eram muito mais utilizadas pelos homens do que pelas mulheres. Uma série de consultas com mulheres permitiu ao município adotar medidas pouco dispendiosas – por exemplo, alterar o modo como publicitavam os serviços e criar sessões só para mulheres – para tornar as instalações mais inclusivas e, por conseguinte, aumentar a sua utilização pelas mulheres.

Entretanto, Bolonha, em Itália, promoveu uma campanha nos meios de comunicação social e recrutou, formou e capacitou jovens mulheres para atuarem como embaixadoras para ajudar a combater a discriminação contra as comunidades ciganas Roma, Sinti e Camminanti. Além disso, para evitar potenciais estereótipos, o conselho municipal de Cascais, em Portugal, deu formação a todo o pessoal do seu departamento de comunicação sobre como evitar reproduzir estereótipos tradicionais de género obsoletos nos seus materiais digitais e impressos.

PRIORIDADES MAIS CLARAS EM UMEÅ

Através da recolha e da análise de dados sobre os padrões de transporte e de emprego, o município de Umeå, no leste da Suécia, demonstrou que algo tão simples como a limpeza da neve no inverno afeta as mulheres de forma desproporcionada. Os dados demonstraram que existe uma elevada probabilidade de as mulheres serem as primeiras a utilizar as estradas de manhã, quando saem, frequentemente de bicicleta, para desempenhar papéis de prestação de cuidados. O conselho municipal deu, por isso, instruções ao serviço responsável pelas autoestradas para que limpasse a neve das ciclovias todos os dias, antes de limpar as estradas. As estradas continuam a ser limpas, mas, tendo em atenção a questão do género, a cidade define melhor as prioridades dos seus serviços.

«Sempre que existe um novo projeto sobre sustentabilidade ou mobilidade, perguntamo-nos de que modo o projeto irá afetar as mulheres, os homens, os rapazes e as raparigas na cidade: com este projeto, vamos resolver o problema de quem?», afirma Linda Gustafsson, responsável pela igualdade de género no município de Umeå. «Há que compreender em que tipo de município vivemos e trabalhamos: que tipo de pessoas vivem aqui, quais as suas necessidades e exigências, onde trabalham, como passam o tempo livre e quanto dinheiro têm. Temos de compreender o município para assegurar que este garante efetivamente a igualdade de género. As soluções não são todas aplicáveis a todos os municípios, mas a abordagem sim.»



Líderes municipais à frente da mudança

Apesar de representarem mais de metade da população, as mulheres estão sub-representadas em quase todos os níveis de governação na UE: apenas 28,6% dos membros das assembleias regionais e 36% dos membros dos conselhos municipais são mulheres, e apenas 15% dos presidentes de câmaras municipais são mulheres. As mulheres continuam a auferir rendimentos 16% inferiores aos dos homens, a realizar mais trabalho não remunerado e a ser vítimas de violência de género. O relatório sugere várias estratégias que as administrações municipais podem adotar para mudar a situação (ver infográfico).

Através do trabalho com os líderes municipais, bem como da organização e participação em eventos da UE e da promoção do intercâmbio de peritos, o programa URBACT traduziu os conhecimentos existentes em recomendações claras e exequíveis. Sublinha a experiência dos pioneiros europeus à medida de promover a agenda em matéria de igualdade de género, em estreita parceria com o Conselho dos Municípios e Regiões da Europa.

«Embora tenhamos realizado alguns progressos nas últimas décadas, ainda há muito a fazer para alcançar a igualdade de género para todas as mulheres», afirma Corina Crețu, comissária europeia responsável pela Política Regional, no prefácio do relatório. «Nós, decisores europeus, temos a responsabilidade de promover municípios mais justos, nos quais as pessoas não tenham de enfrentar violência nem injustiças baseadas no género».

SAIBA MAIS

<https://urbact.eu/>
communication@urbact.eu

O URBACT permite que os municípios trabalhem em conjunto para desenvolver soluções novas e sustentáveis para os principais desafios urbanos através do trabalho em rede, da partilha de conhecimentos e do reforço das capacidades dos profissionais do setor urbanístico. O URBACT é um programa de Cooperação Territorial Europeia que promove o desenvolvimento urbano sustentável e integrado nos municípios de toda a Europa. É financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e pelos Estados-Membros e parceiros da UE desde 2002.

VIENA À FRENTE NA INTEGRAÇÃO DA PERSPETIVA DE GÉNERO



Passeio esclarecedor por Viena durante uma visita de estudo sobre «Igualdade de Género nos Municípios»

Viena tem um dos mais longos legados de planeamento sensível ao género da Europa, com a abertura do Serviço das Mulheres em 1992 e a integração da perspetiva de género – a aplicação do género como questão transversal – a partir de 2005. Hoje, existem peritos em questões de género e multiplicadores em todo o município. O género é integrado nas estratégias municipais e todo o espaço público projetado e construído pelo município tem em consideração a perspetiva de género. O resultado é uma paisagem urbana benéfica para todos, quer se trate de parques, pavimentos ou habitações sociais.

«O município de Viena apercebeu-se muito cedo de que existe uma ligação entre a qualidade da vida quotidiana e a estrutura física de uma cidade, e que esta é muito diferente para as mulheres e para os homens», afirma Eva Kail, perita em planeamento de género do município. Entre os projetos desenvolvidos neste contexto esteve um convite às raparigas para ajudarem os arquitetos a projetar os parques municipais, quando se tornou evidente que as raparigas eram dissuadidas de utilizar os parques após os 13 anos, enquanto os rapazes continuavam a utilizá-los como local de brincadeira muito depois dessa idade. Além disso, um concurso de arquitetura convidou mulheres arquitetas a projetarem um complexo residencial com o objetivo de tornar a vida quotidiana mais fácil para as famílias e para os indivíduos residentes, do ponto de vista da mulher.

Enquanto líderes mundiais na integração da perspetiva de género, as autoridades de Viena publicaram vários guias para os municípios que pretendam seguir o seu exemplo, centrando-se, entre outras coisas, em estratégias para integrar a perspetiva de género numa era de recursos limitados. Os funcionários do município de Viena consideram que o planeamento sensível ao género é, de facto, eficiente, uma vez que assegura uma afetação mais eficaz dos recursos.



“ Nós, decisores europeus, temos a responsabilidade de promover municípios mais justos, nos quais as pessoas não tenham de enfrentar violência nem injustiças baseadas no género. ”

Corina Crețu, Comissária Europeia para a Política Regional

FOCO NA IGUALDADE

O evento «Igualdade de Género nos Municípios» foi organizado pela Comissária europeia Corina Crețu, em Bruxelas, em 7 de março, um dia antes do Dia Internacional da Mulher. Assumiu a forma de uma mesa redonda política entre presidentes e vice-presidentes de municípios e outros representantes eleitos. Uma vez que muitos eventos sobre igualdade de género são organizados a nível local, esta oportunidade foi utilizada para criar uma cadeia entre vários eventos e para fazer chegar mensagens e recomendações coerentes ao maior número de pessoas possível. Foi aplicada a metáfora de «transportar a tocha» para ilustrar a ideia de utilizar os resultados de um evento no evento seguinte.

Os oradores incluíram a diretora executiva do ONU-Habitat, Maimunah Mohd Sharif, e o presidente do município de Galdakao, em Espanha, Ibon Uribe. Este já tinha participado nos eventos organizados pelo Comité das Regiões e pelo Conselho dos Municípios e Regiões da Europa sobre este tema e o foi o primeiro a «transportar a tocha», passando-a

à Comissão para a Cimeira de Autarcas das Eurocidades, na qual também se debateu o empoderamento das mulheres (20-21 de março).

O evento de 7 de março incluiu uma breve apresentação do relatório do URBACT e das principais mensagens do instrumento de monitorização para a igualdade de género a nível regional desenvolvido pela DG JRC e pela DG REGIO. O instrumento de reforço da igualdade de género do ONU-Habitat (Gender Equality Enhancer) também foi objeto de uma breve apresentação. Seguiu-se um debate sobre como promover a igualdade de género nos municípios que abordou três temas principais: representação e participação; planeamento e espaço público; e integração dos migrantes. As perspetivas dos participantes sobre experiências e boas práticas locais levaram a uma conversa profícua sobre como abordar os desafios e as lacunas que persistem e que, por vezes, não são assim tão óbvios.

A Comissária Corina Crețu concluiu que o evento foi muito inspirador e atraiu a atenção necessária para a longa luta pela igualdade de género.



Participantes na mesa redonda sobre «Igualdade de género nos municípios», realizada em 7 de março de 2019

Instrumentos financeiros: uma utilização mais inteligente dos recursos da UE



Johnathan Denness, o novo chefe da Unidade de Instrumentos Financeiros e Relações com Instituições Financeiras Internacionais da Direção-Geral da Política Regional e Urbana da Comissão, fala à revista *Panorama* sobre a importância dos instrumentos financeiros para complementar o apoio financeiro tradicional.

Porquê os instrumentos financeiros e porque devemos utilizá-los nos nossos Estados-Membros/regiões?

No período de programação de 2021-2027, prevê-se que os recursos da política de coesão sejam mais escassos. Ao mesmo tempo, confrontamo-nos com importantes desafios na Europa. Temos de continuar a estimular o crescimento económico e a criar emprego. Temos de fazer mais com menos, e isso é possível através dos instrumentos financeiros.

Os serviços da Comissão estão empenhados em fazer desta utilização mais inteligente dos recursos da UE através dos instrumentos financeiros uma alternativa mais eficiente e sustentável para complementar o apoio tradicional assente em subvenções. Importa salientar que os instrumentos financeiros não são, por si só, um fim, mas sim um mecanismo de concretização de políticas. Os instrumentos financeiros ajudam a desencadear investimentos no terreno para atividades geradoras de receitas e economizadoras de custos, maximizando simultaneamente o investimento privado com um apoio público mínimo para a realização dos objetivos de coesão económica, social e territorial da política de coesão.

Para além das vantagens óbvias da mobilização de recursos adicionais e da reciclagem de fundos a longo prazo, a natureza reembolsável dos instrumentos financeiros incentiva um melhor desempenho, incluindo uma maior disciplina financeira a nível dos projetos apoiados. Por último, mas não menos importante, os fundos resultantes destes investimentos transformam-se em recursos ao dispor das administrações nacionais, que podem ser posteriormente reinvestidos em novos projetos.

Qual é o estado da execução ao abrigo do FEDER e do Fundo de Coesão?

O montante total do programa autorizado para os instrumentos financeiros é de 25 mil milhões de euros (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, Fundo de Coesão e cofinanciamento nacional). Este montante representa quase 7% da dotação total. No entanto, registam-se variações significativas entre Estados-Membros, como a Polónia, a Suécia, os Países Baixos, a Hungria, Portugal, Espanha, a Letónia e a Lituânia, que afetam uma parte relativamente grande dos fundos de coesão aos instrumentos financeiros; apenas três Estados-Membros não planearam a utilização de instrumentos financeiros.

Na sua maioria, os instrumentos financeiros já foram criados e começaram a apoiar os recursos do FEDER e do Fundo de Coesão através de produtos financeiros, como empréstimos, garantias e capital, apoiando os projetos no terreno. Quase 18 mil milhões de euros do FEDER e do Fundo de Coesão foram canalizados através de instrumentos financeiros, um valor que já ultrapassa os 11,3 mil milhões de euros pagos aos beneficiários finais através destes instrumentos no período de 2007-2013.

Como alcançar este futuro melhor? Qual o apoio prestado pela Comissão?

Continuamos a apoiar o desenvolvimento e a aplicação dos instrumentos financeiros financiados através de programas da política de coesão em todos os Estados-Membros. Estamos ao dispor dos Estados-Membros para responder a quaisquer questões, prestar assistência na execução, visitá-los e prestar apoio através da plataforma de assistência técnica *fi-compass*.

Além disso, incentivamos o intercâmbio entre pares por parte dos Estados-Membros. O instrumento TAIEX-REGIO PEER 2 PEER foi concebido para a partilha de conhecimentos especializados entre os

organismos responsáveis pela gestão do financiamento ao abrigo do FEDER e do Fundo de Coesão. Ajuda os funcionários públicos envolvidos na gestão destes fundos a trocar conhecimentos, boas práticas e soluções práticas para problemas concretos, melhorando assim a sua capacidade administrativa e garantindo melhores resultados para os investimentos da UE. Por exemplo, foi realizado um ateliê entre vários países sobre o instrumento financeiro da UE «Iniciativa PME», organizado em cooperação com a autoridade de gestão maltesa com o objetivo de reunir Estados-Membros confrontados com desafios semelhantes em termos de execução.

Quanto ao futuro, em maio de 2018 a Comissão adotou a sua proposta de um Regulamento Disposições Comuns para o período de programação de 2021-2027. Estão atualmente em curso negociações interinstitucionais e estão a ser realizados bons progressos na preparação para o período pós-2020. O regulamento proposto introduz várias medidas de simplificação para incentivar uma maior aceitação dos instrumentos financeiros através da simplificação e da atualização das disposições, de forma a melhorar e facilitar a sua implementação e agilizar a sua utilização. Algumas das principais novidades são, por exemplo, melhores oportunidades no que diz respeito à combinação de subvenções com os instrumentos financeiros, uma maior flexibilidade na realização de avaliações *ex ante* e regras simplificadas em matéria de elegibilidade e de prestação de informações. Além disso, os Estados-Membros terão a opção de reservar uma contribuição para o programa InvestEU.

Qual a finalidade e a utilidade da plataforma fi-compass?

A Comissão Europeia, em parceria com o Banco Europeu de Investimento, criou a plataforma *fi-compass* para prestar serviços de aconselhamento sobre instrumentos financeiros ao abrigo dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI). A plataforma *fi-compass* foi concebida para apoiar as autoridades de gestão dos FEEI e outros profissionais através da

disponibilização de conhecimentos práticos e instrumentos de aprendizagem, incluindo seminários de formação presencial e outros eventos com amplas oportunidades de trabalho em rede.

O ano de 2019 arrancou com a organização de um evento específico sobre instrumentos financeiros para apoiar a eficiência energética e as energias renováveis para um grupo de autoridades de gestão reunido pelo projeto FIRECE. Este visa melhorar as capacidades do setor público e entidades conexas para planear estratégias hipocarbónicas de base territorial com vista a alcançar os objetivos regionais de poupança de energia definidos pela legislação da UE e nacional. Participaram no evento mais de 50 representantes de autoridades de gestão, instituições e bancos públicos nacionais e outras partes interessadas envolvidas.

Além disso, organizamos anualmente o nosso evento emblemático «FI Campus», no qual os participantes podem criar o seu próprio programa de estudos, escolhendo, entre sessões paralelas, as que mais se adequam aos seus interesses específicos, como estudos de caso, ateliês, painéis de debate e sessões sobre fundos específicos. Além disso, trata-se de uma oportunidade única para os participantes e peritos convidados se ligarem em rede e trocarem experiências. O FI Campus 2018, no qual foram discutidas as oportunidades oferecidas em termos de instrumentos financeiros ao abrigo do Regulamento Omnibus, foi realizado no passado mês de dezembro em Bruxelas. O evento contou com a participação de mais de 360 partes interessadas de todos os países da UE.

Pode partilhar alguma história de sucesso? Em que medida a plataforma fi-compass apoia o trabalho?

No âmbito de uma das vertentes de assistência técnica da *fi-compass*, a assistência multirregional está a financiar projetos que visem a possível utilização de instrumentos financeiros em áreas de investimento prioritárias.

No âmbito do projeto «Revolving Investments in Cities», as necessidades comuns de financiamento dos municípios foram definidas, identificando os setores em que os instrumentos financeiros podem apoiar projetos consentâneos com as prioridades políticas do município.

Um estudo de caso de um projeto centra-se no «Energiefonds Den Haag», um fundo municipal criado em 2013 na Haia no âmbito da iniciativa JESSICA, com o objetivo de cofinanciar projetos energéticos integrados em planos de desenvolvimento urbano sustentável através de empréstimos, garantias e investimentos de capital. O total atual proveniente de fontes de financiamento nacionais e europeias é de 18,4 milhões de euros. Um dos fatores de sucesso foi a decisão de iniciar o fundo como um projeto-piloto, inicialmente com uma dimensão limitada. Outros fundos municipais poderiam desenvolver esta experiência começando em pequena escala e testando uma dada estratégia de investimento com autorizações financeiras moderadas.

O projeto «Revolving Investments in Cities» também resulta num projeto de Fundo Municipal, que consiste num modelo flexível que pode ser adaptado às necessidades específicas dos municípios da UE para apoiar o desenvolvimento urbano (será abordado na próxima edição da revista *Panorama*). ■

SAIBA MAIS

<https://europa.eu/!vK73RD>
<https://www.fi-compass.eu/>



Noroeste da Roménia: foco no desenvolvimento regional sustentável

A região do Noroeste da Roménia ocupa uma posição geográfica e estratégica privilegiada na Europa e está proativamente envolvida nas indústrias do futuro, sem abandonar as suas profundas raízes históricas e naturais.

A região do Noroeste é uma das oito regiões em desenvolvimento da Roménia e é composta por seis condados: Bihor, Bistrița-Năsăud, Cluj, Maramureș, Satu Mare e Sălaj. Ocupa uma posição estratégica na fronteira com a Hungria e com a Ucrânia e com os seus vizinhos nas regiões do Centro, do Leste e do Noroeste da Roménia.

A região tem uma superfície de 34 159 quilómetros quadrados, que corresponde a 14,32% da superfície total do país, e tem uma população de 2 730 132 habitantes. É atravessada por cinco estradas europeias e uma autoestrada em construção e tem três aeroportos internacionais. Na sua superfície amplamente rural e diversificada, cidades dinâmicas, universidades de renome e infraestruturas empresariais coexistem com encantadoras aldeias, bonitas paisagens e edifícios históricos fascinantes.

Atrações nacionais

O Noroeste da Roménia é uma das regiões mais pitorescas do país graças a características como as montanhas Apuseni e o património cultural e folclórico especial desta zona etnográfica única. Trata-se de uma região multiétnica em que coabitam romenos, húngaros, alemães, arménios, ciganos e outros grupos.



As maiores cidades da região são Cluj-Napoca – a segunda maior cidade da Roménia (censos de 2011) – Baia-Mare, Oradea, Zalău, Satu Mare e Bistrița. São consideradas como polos regionais de desenvolvimento económico e cidades com um património cultural e histórico especial. A região possui três zonas metropolitanas: Cluj-Napoca, Oradea e Baia Mare.

Em termos de economia regional, a região Noroeste é a quarta região da Roménia em termos de PIB e a quinta em termos de exportação, e aspira a ser uma das regiões com o desenvolvimento mais dinâmico da Europa Central e Oriental. Com uma economia desenvolvida assente nos serviços e na indús-

< a Câmara Municipal de Oradea é um dos inúmeros belos edifícios desta cidade histórica romena

tria, também é a mais especializada em maquinaria e equipamentos elétricos e exporta produtos tão diversificados como gorduras e óleos, madeira e artigos de madeira, calçado e chapéus, mobiliário, equipamento ótico, fotográfico e cinematográfico e instrumentos e aparelhos médico-cirúrgicos. Além disso, a região tem a mais elevada concentração de empresas de informática fora da capital do país, Bucareste.



A Roménia possui um dos maiores setores agrícolas da Europa. A região Noroeste é a sexta a nível nacional em termos de superfície cultivada e emprega mais de 340 000 pessoas na produção de diversas culturas, incluindo cereais, raízes, morangos, cogumelos, maçãs, pêsegos, nectarinas e frutos de casca rija. As explorações piscícolas da região são responsáveis por uma parte significativa (mais de 25%) do valor total dos produtos da pesca do país. A silvicultura vem em quarto lugar, embora o setor continue a registar uma produtividade muito baixa em todo o país devido ao equipamento obsoleto e às más infraestruturas rodoviárias.

O turismo é outra das principais indústrias da região, com o turismo cultural, de saúde, rural e o ecoturismo a tirarem o máximo partido das zonas de montanha protegidas e do património natural e cultural da região.

Embora o número de pessoas que obtêm habilitações académicas de nível superior e se inscrevem na universidade tenha diminuído (2014), a região ainda regista o maior número de unidades de investigação, desenvolvimento e inovação (IDI) a seguir a Bucareste. Dos quase 3 500 trabalhadores envolvidos em IDI (2014), quase metade eram mulheres, um número muito superior à média da UE. ■

SAIBA MAIS

<http://www.nord-vest.ro/>

A AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E O CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NOROESTE

A Agência de Desenvolvimento Regional (ADR) do Noroeste é uma organização regional independente que foi criada como um organismo público com estatuto de sociedade para trabalhar nos domínios associados ao desenvolvimento regional. As atividades da Agência pautam-se pelos seus próprios valores e missão. Os seus principais objetivos incluem a redução das disparidades a nível regional, o apoio ao desenvolvimento sustentável e económico da região e o reforço da cooperação interna, inter-regional, europeia e internacional.

Os principais poderes da ADR incluem a elaboração de planos e estratégias de desenvolvimento regional. Ao longo do tempo, juntamente com os comités de planeamento regional, a ADR elaborou planos estratégicos de desenvolvimento regional para os períodos de 2000-2002, 2004-2006, 2007-2013 e 2014-2020.

No que diz respeito aos programas regionais, a ADR foi a autoridade de execução dos fundos pré-adesão para os programas PHARE de coesão económica e social e governamentais de 1999 a 2006.

Entre 2007 e 2013, a Agência agiu como organismo intermediário para o programa operacional regional POR-REGIO, que foi cofinanciado pelos Fundos Estruturais. A autoridade de gestão para o POR 2007-2013 foi o Ministério do Desenvolvimento Regional e da Administração Pública (MDRAP).

No período de 2014-2020, a ADR é o organismo intermediário para o POR-REGIO 2014-2020, que é cofinanciado pelos Fundos Estruturais. A autoridade de gestão para o POR 2014-2020 é o MDRAP.

O Conselho do Desenvolvimento Regional (CDR) é o órgão responsável pela tomada de decisões a nível regional e é um parceiro voluntário das comunidades locais nos seis condados que compõem a região.

Investir na coesão social

A revista *Panorama* convidou Marcel Boloş, diretor-geral da Agência de Desenvolvimento Regional do Noroeste, a partilhar a sua opinião sobre o impacto que a política de coesão, o investimento da UE e o financiamento regional tiveram — e continuarão a ter — nesta região.



Qual o contributo do apoio dos FEEI para mudar a qualidade de vida nos seus municípios e região? Pode citar-nos exemplos de histórias de sucesso?

Estrategicamente localizada na Europa e na Roménia, a região do Noroeste está ao mesmo tempo ativamente empenhada nas indústrias do futuro e enraizada na história. Cidades dinâmicas, universidades famosas e infraestruturas de negócios e de lazer coexistem com aldeias pitorescas, vistas magníficas e monumentos impressionantes. O grande objetivo da região para o período de 2014-2020 é o crescimento da economia regional por via de um desenvolvimento multidimensional e integrado, com vista a reduzir as disparidades inter-regionais e intrarregionais e aumentar o nível de vida na região.

Através do programa operacional do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, no atual quadro financeiro de 2014-2020, a atenção concentra-se em várias áreas nas quais o financiamento é essencial para melhorar a qualidade de vida dos habitantes dos seis condados da região do Noroeste: Bihor, Bistrița-Năsăud, Cluj, Maramureş, Satu Mare e Sălaj.

No período entre 2014 e fevereiro de 2019, foram lançados projetos, atualmente em execução, financiados por subvenções nos seguintes domínios: i) promoção da transferência de tecnologias; ii) melhoria da competitividade das pequenas e médias empresas; iii) redução das emissões de carbono; iv) apoio ao desenvolvimento urbano sustentável; v) preservação e utilização

sustentáveis do património cultural; vi) melhoria das infraestruturas rodoviárias de importância regional; vii) desenvolvimento do turismo sustentável; viii) desenvolvimento das infraestruturas sociais e da saúde; ix) melhoria das infraestruturas educativas e x) apoio à regeneração das cidades de pequena e média dimensão.

De entre os projetos do programa operacional regional concluídos com êxito no período de 2007-2013, gostaria de fazer especial referência aos seguintes: «Desenvolver o turismo de lazer através da criação do Nymphaea Thermal Wellness Resort em Oradea», «Restaurar o local do monumento histórico de homenagem a Simion Bărnuțiu e o casino na cidade de Cluj-Napoca» e «Criar o centro germânico em Bistrița por via da reabilitação da histórica Silversmith House».

O que contribuiu para o sucesso da aplicação dos investimentos da UE no terreno?

A cooperação entre as instituições locais (conselhos de condado, municípios/freguesias), as instituições regionais, como a Agência de Desenvolvimento Regional (ADR) do Noroeste, as instituições nacionais (autoridades de gestão) e as instituições europeias (a Comissão e o Parlamento) tem sido muito importante.

< o rio Crişul Repede serpenteia pelo centro de Oradea

Temo-nos concentrado igualmente em compreender as necessidades dos potenciais e atuais beneficiários, ajudando-os a propor e levar a cabo projetos viáveis que contribuirão para atingir o importante objetivo da região, que consiste em reduzir as disparidades inter-regionais e intrarregionais e aumentar o nível de vida na região.

Além disso, afigurava-se crucial criar ligações diretas entre as instituições locais e regionais e entre o setor privado e os intervenientes empresariais. Para o efeito, a ADR disponibiliza duas plataformas informáticas para beneficiários e parceiros.

A plataforma de monitorização da DG REGIO (<https://regio.nord-vest.ro>) oferece informação em tempo real sobre a etapa de execução dos projetos considerados prioritários para o desenvolvimento da região.

Por último, a plataforma para investimentos regionais «INNO – Repensar as Redes Empresariais» (ver p. 20) (<https://www.inno.ro>) oferece soluções para problemas imediatos, tais como o acesso a fontes de financiamento, a procura de parceiros comerciais, a transferência de tecnologia, o recrutamento e a formação.

Com base na sua experiência e no seu entender, quais são as principais mensagens para uma política de coesão 2021-2027 próxima dos territórios/ regiões com especificidades geográficas?

Acredito que a modernização da política de coesão proposta pela Comissão Europeia trará vários benefícios à região Noroeste da Roménia. A redução da burocracia, a oferta de formas mais simples de fazer pedidos de pagamentos e a introdução de um único quadro regulamentar para os fundos disponibilizados às regiões já foram bem acolhidas.

Com base na sua experiência na execução de investimentos regionais, que fatores são importantes para melhor apoiar o potencial e os ativos de regiões com especificidades geográficas?

Penso que os fatores importantes que contribuem de forma significativa para apoiar e explorar o potencial específico de regiões com características geográficas específicas incluem o conhecimento, por parte das administrações locais, regionais e nacionais destas áreas, das suas vantagens e do modo como as podem explorar através do acesso a subvenções, da atração de investimento e da promoção do turismo.

Ao mesmo tempo, há que expandir a estreita cooperação transfronteiriça a outras regiões, adjacentes às regiões fronteiriças, cujas áreas com características geográficas específicas abrangem regiões de vários Estados-Membros da UE.

Por fim, deve existir uma abordagem local ao desenvolvimento das regiões em causa, com o intuito de complementar o desenvolvimento das regiões vizinhas e, dessa forma, de contribuir para atingir a coesão regional que todos desejamos. ■



CONTINUAR NO BOM CAMINHO

De acordo com Emil Boc, presidente do município de Cluj-Napoca, o caminho para a prosperidade de todos os cidadãos europeus e para a consolidação da União Europeia passa pela política de coesão. A política de coesão deve ser tratada como uma política prioritária, da qual depende o futuro da UE.

Em Cluj-Napoca, a maioria dos importantes projetos que nos permitiram executar e alcançar os objetivos estratégicos de uma melhor qualidade de vida para os nossos cidadãos foi financiada pelos programas da política de coesão. Para o período 2021-2027, um novo instrumento de colaboração – a Iniciativa Urbana Europeia «cidade-a-cidade» – tem o potencial de conceder acesso ao financiamento para os nossos projetos de inovação e mobilidade urbana, para que possamos continuar o trabalho feito até aqui.

É muito importante que a política de coesão continue e cresça no futuro, dado o seu impacto direto na vida de todos os cidadãos da UE. A simplificação dos processos também deveria ser um objetivo, bem como a manutenção do modelo N+3 no próximo exercício financeiro.

Noroeste da Roménia

A região, composta por seis condados que se estendem por uma superfície de 34 160 km², guia-se pelos princípios do desenvolvimento sustentável e do respeito pela tradição e pelo património histórico, natural e edificado, tirando partido da sua diversidade étnica, cultural e religiosa.



POPULAÇÃO: 2,7 milhões, o que corresponde aproximadamente a 13% da população total do país. Os romenos constituem 75% desse grupo, a par de húngaros, ciganos, ucranianos e alemães.

MERCADO DE TRABALHO: em 2015, a taxa de emprego era de 42,33% a nível nacional e de 45,88% a nível regional. Desse conjunto, 28,16% estavam empregados no setor agrícola, 23,04% na indústria, 13,02% no comércio e 6,48% na construção civil.

ECONOMIA: em 2014, o PIB *per capita* em PPC era de 13 100 PPC/habitante, o que corresponde a 48% da média da UE e é o 4.º mais elevado da Roménia. As exportações no comércio internacional por setor vão desde a maquinaria e aparelhos mecânicos, equipamentos elétricos e gravadores de som e imagem, que correspondem a 34% do total de exportações da região, a artigos diversos e mobiliário, metais de base, têxteis e vestuário e artigos de plástico e borracha, que correspondem a 6%. Há também uma vantagem regional comparativa em produtos como as gorduras e os óleos, a madeira, os têxteis, o calçado, a maquinaria e os equipamento elétricos e o mobiliário.

ENSINO SUPERIOR, INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO: apenas 3,49% da população frequenta ou frequentou o ensino superior. Em 2014, o número de estudantes (nas oito instituições de ensino superior/universidades acreditadas da região) caiu 9,26% para os 90 418, comparado com uma queda a nível nacional de 7,56% (2005-2014). No entanto, a região regista o segundo número mais alto de unidades de IDI na Roménia, responsável por 9% da despesa nacional em investigação, tecnologia, desenvolvimento e inovação (ITDI) em 2013.

A percentagem das empresas inovadoras caiu consideravelmente, de 27% do número total de empresas entre 2004-2010 para 12% em 2012, ocupando assim o último lugar a nível nacional.

Em 2014, 3 485 pessoas estavam empregadas na área de IDI, das quais 2 280 eram investigadores. Quase metade de todos os trabalhadores envolvidos em IDI são mulheres (48,6%), um número muito superior à média da UE (35%).

Há 26 PME por cada 1 000 habitantes na região, por oposição a 23 na Roménia e 44 na UE-28. As estruturas de apoio incluem 15 parques industriais acreditados, que acolhem 178 empresas e 10 000 trabalhadores. Existe também um parque tecnológico, o Liberty Park, uma iniciativa privada que visa facilitar a ligação e a comunicação entre empresas em domínios relacionados. O Tetapolis Park baseia-se numa parceria entre os órgãos de poder local e as universidades em Cluj-Napoca, e o Hanna Instruments é um parque de ciência privado detido por uma empresa multinacional que desenvolve equipamentos de laboratório e instrumentos analíticos. A região também acolhe três incubadoras de empresas e quatro grandes parques logísticos e tem apoiado iniciativas de *clusters* em atividades e projetos nos domínios da água, das TIC, do mobiliário, da energia, da agricultura e da cosmética.

OUTROS SETORES-CHAVE: há mais de 340 000 trabalhadores regionais no setor agrícola, em que dominam as culturas de cereais, legumes de raiz, morangos, cogumelos, fruta e frutos de casca rijá. As explorações piscícolas da região são responsáveis por 25% do valor total dos produtos da pesca da Roménia, e a silvicultura surge em quarto lugar em termos de área florestal nacional. O turismo é uma grande atração da região, que apela aos visitantes com a sua grande variedade de museus, castelos, fortalezas e locais de culto, bem como pela arquitetura urbana. Com 14 estâncias turísticas, centros médicos e termas certificados, o turismo de saúde é outra grande atração, ao passo que o turismo rural prospera à conta das vastas áreas naturais protegidas nas montanhas de Maramuresului, Apuseni e Rodnei.

A FORTALEZA DE ORADEA RENOVADA COMO COMPLEXO TURÍSTICO EUROPEU

O objetivo da revitalização da Fortaleza de Oradea no condado de Bihor era devolver este importante monumento — e os seus 1 000 anos de história — ao mapa turístico nacional, regional e internacional. Graças ao financiamento de cerca de 36 780 329 leus romenos (cerca de 7 725 158 euros), incluindo 23 197 387 leus romenos (4 871 953 euros) provenientes do FEDER, a fortaleza tornou-se um centro regional significativo para o património cultural e o turismo. O sítio aloja agora os escritórios das autoridades públicas locais, de instituições locais e culturais e de ONG, que são todos beneficiários do projeto, a par dos habitantes de Oradea e dos visitantes.

Além disso, o projeto de renovação atrai fontes de receitas adicionais aos níveis regional e local e tem criado postos de trabalho nas áreas da cultura, do turismo e de setores económicos associados. Quando o protejo terminou, em 2015, tinham sido criados ou mantidos 119 postos de trabalho e instalados 19 postos de turismo cultural. Até 2018, registou-se um aumento de 300% do número de turistas no local, o que atraiu fluxos de receita adicionais aos níveis local e regional e criou novos postos de trabalho na cultura e no turismo e em setores económicos associados.



ADEQUADO À SUA FINALIDADE: O COMPLEXO DE BEM-ESTAR E SPA «NYMPHAEA», EM ORADEA



Uma sensação de bem-estar começou a invadir o espaço bem para lá da cidade de Oradea, no condado de Bihor, quando o projeto Nymphaea terminou, em 2016. Além de constituir uma grande atração para a comunidade local, os visitantes e as empresas de terras mais distantes têm aproveitado os benefícios oferecidos pelo maior parque aquático desta região da Europa.

Para quem procura tanto a adrenalina como o sossego, um ambiente relaxante e terapêutico ou ambos, o parque aquático Nymphaea faz uso da tecnologia de ponta nos seus sete hectares para criar um universo feito de água e diversão. As atrações incluem dez escorregas, 15 piscinas para nadar e relaxar, espaços para as crianças, seis saunas e salões de massagem, um banho turco, campos desportivos e restaurantes.

Com um orçamento de 88 342 934 leus romenos (18 555 966 euros), incluindo 32 343 888 leus romenos (6 793 663 euros) provenientes do FEDER, o projeto aumentou o número médio de turistas que visitam o complexo de Nymphaea em 100% e criou 50 novos postos de trabalho.

www.aquapark-nymphaea.ro





INNO.RO – REPENSAR AS REDES DE EMPRESAS



O objetivo de uma plataforma de Internet desenvolvida pelo Departamento de Investimentos Regionais e de Instrumentos Financeiros Inovadores da Agência de Desenvolvimento Regional (ADR) do Noroeste consiste em criar um ecossistema em linha dinâmico capaz de identificar e criar oportunidades de desenvolvimento para os seus membros.

Um ambiente empresarial maduro e competitivo precisa de nós de comunicação digital através dos quais a informação e os recursos possam ser rápida e facilmente partilhados. Neste contexto, a formação de uma comunidade de profissionais através de uma plataforma em linha e a disponibilização de ferramentas e soluções adaptadas às tecnologias atuais são respostas naturais às necessidades de mercado existentes.

A plataforma surgiu da necessidade de um ecossistema em linha que permitisse às partes interessadas — *start-ups*, investigadores, órgãos de poder local, grandes empresas, bancos e programadores — comunicar rápida e eficientemente num ambiente empresarial inovador e de alto rendimento.



O programa INNO é a nossa solução regional para um desafio global: de que forma podemos usar as últimas soluções empresariais para explorar o potencial dos recursos humanos e de capital num ambiente competitivo? O programa transforma um ambiente empresarial numa comunidade empresarial. O nó digital dinâmico e polo em linha combina soluções empreendedoras, económicas, académicas e administrativas para o século XXI. Cada módulo oferece ferramentas e soluções específicas que vão, hoje, ao encontro das necessidades do mercado de amanhã. Há seis módulos diferentes, uma variedade de recursos e um leque de tipos de perfis, todos ao alcance de uma rede transversal de utilizadores. Há orientações sobre o acesso a fontes de financiamento, sobre como encontrar parceiros de negócio adequados, sobre recrutamento e formação, sobre transferência de tecnologias eficiente, sobre inovação acelerada e muito mais.

A par da plataforma, desenvolvemos uma aplicação, a INNO Mobile (disponível na App Store e no Google Play), através da qual, numa fase inicial, daremos notícias aos utilizadores sobre temas relacionados com a INNO.RO e notificações da plataforma. A aplicação estará em constante desenvolvimento, e as versões futuras permitirão aos utilizadores gerir toda a atividade na plataforma.

O modelo atual é apenas um primeiro passo no sentido de desenvolver o necessário ecossistema em linha. Encorajamos os utilizadores a fazer-nos chegar recomendações ou sugestões de melhoria. Convidamo-lo a criar uma conta, a usar a plataforma e a dar-nos a sua opinião!

www.inno.ro

ESTAÇÕES *SELF-SERVICE* DE ALUGUER DE BICICLETAS CHEGAM AO CONDADO DE CLUJ

No condado de Cluj, o município de Cluj-Napoca e as comunas de Florești e de Apahida uniram forças para desenvolver uma rede coerente de vias e percursos que cobrem aproximadamente 52 quilómetros. Para patrocinar o projeto, decorreu uma campanha de promoção do uso da bicicleta na área metropolitana. O orçamento total de 14422085 leus romenos (3031224 euros), incluindo 8926309 leus romenos (1876114 euros) provenientes do FEDER, foi usado para criar 10,81 quilómetros de novas ciclovias e 50 estações *self-service* de aluguer de bicicletas. Além disso, a equipa do projeto produziu e distribuiu 30000 folhetos e um filme promocional.



Entre os beneficiários da iniciativa, contam-se os habitantes da área metropolitana, a comunidade de ciclistas, estudantes e outros grupos que vivem em regime de habitação temporária e a comunidade empresarial. Inscreveram-se na iniciativa 6000 utilizadores em apenas um ano.

www.primariaclujnapoca.ro; www.clujbike.eu

COM O PARQUE CENTRAL, A QUALIDADE DA VIDA URBANA EM BAIJA MARE É MAIS VERDE

No condado de Maramureş, os residentes do município de Baia Mare e dos distritos vizinhos têm sido os principais beneficiários do novo parque público central da região, desenvolvido a partir da reutilização, da remodelação e da valorização do espaço para criar uma área de lazer e de recreação. O FEDER apoiou o projeto com 10 114 404 leus romenos (2 124 795 euros), para um orçamento total de 15 921 814 leus romenos (3 344 795 euros), sendo o objetivo beneficiar tanto a comunidade residente como os visitantes.

O parque e a exposição de catos foram desenvolvidos através da plantação de árvores, sebes e sementeiras, da construção de quatro coretos, três pérgulas e um parque infantil, de caminhos pedestres e de um sistema de irrigação, tudo em prol de um aumento do espaço verde disponível por habitante. As novas instalações são particularmente apelativas para os jovens artistas, que podem expor o seu trabalho em três áreas definidas para o efeito, e para as crianças em idade escolar, que frequentam as aulas de botânica e de ecologia ao abrigo das disposições educativas do parque.



www.baiamare.ro

ESCAVAR FUNDO PARA RECRIAR OS JARDINS PÚBLICOS DE ORADEA NA PIAȚA UNIRII



A Piața Unirii — ou Praça da União — é uma área simbólica do município de Oradea que exhibe vários marcos sumptuosos. Os trabalhos levados a cabo durante o projeto mudaram a imagem da praça, para benefício dos residentes, visitantes e turistas e das instituições e empresas com escritórios na zona.

No seguimento de uma ampla reabilitação em 2015, a Praça da União tomou-se no centro cultural e histórico da cidade, atraindo dezenas de milhares de turistas aos seus monumentos e palácios históricos, bem como aos seus modernos restaurantes e cafés. O FEDER contribuiu com 14 378 829 leus romenos (3 022 028 euros), de um orçamento total de 24 084 363 leus romenos (5 061 517 euros), para ajudar a financiar 11 novos postos de trabalho permanentes e valorizando a atratividade da localização central para eventos e atividades económicas.

www.oradea.ro



Apoio da política de coesão às energias limpas nas ilhas da UE

As ilhas, em que vivem aproximadamente 15 milhões de europeus, têm potencial para liderar a transição para as energias limpas através da adoção de novas tecnologias e da aplicação de soluções inovadoras. A UE presta-lhes apoio oferecendo novas oportunidades de crescimento e de emprego.



A Comissão Europeia está a trabalhar para desenvolver e apoiar o potencial das comunidades insulares em matéria de energias limpas.

O Acordo de Paris reconhece que as ilhas são particularmente vulneráveis às alterações climáticas e demasiado dependentes dos combustíveis fósseis e das importações de energia. Há mais de 2 200 ilhas habitadas na UE. Apesar de terem acesso a fontes de energia renováveis, como as energias eólica, solar e das ondas, muitas dependem das dispendiosas importações de combustíveis fósseis para o seu aprovisionamento energético.

Muitas ilhas europeias são pequenos sistemas isolados com pequenos mercados. No entanto, as ilhas, em que vivem aproximadamente 15 milhões de europeus, têm potencial para liderar a transição para as energias limpas através da adoção de novas tecnologias e da aplicação de soluções inovadoras.

De facto, as ilhas e as regiões insulares são um caso específico em termos de política energética em virtude do seu isolamento, bem como do seu potencial para testar e dar a conhecer novas soluções.

«*As ilhas têm potencial para liderar a transição para as energias limpas através da adoção de novas tecnologias e da aplicação de soluções inovadoras.*»

Tomar a iniciativa

A iniciativa «Energia Limpa para as Ilhas da UE», ao abrigo da Estratégia para a União da Energia, oferece um enquadramento a longo prazo para ajudar as ilhas a produzirem a sua própria energia sustentável de baixo custo. A iniciativa terá por resultados:

- **custos energéticos mais baixos**, uma produção muito mais elevada de energias renováveis e a construção de instalações de armazenamento de energia e de sistemas de resposta à procura, com base nas novas tecnologias;
- **mais segurança energética para as ilhas**, que se tornarão menos dependentes das importações;
- **melhor qualidade do ar**, emissões mais baixas de gases com efeito de estufa e um menor impacto nos ambientes naturais das ilhas; e
- **criação de novos postos de trabalho** e oportunidades de negócio, estimulando a autossuficiência económica das ilhas.

A iniciativa «Energia Limpa para as Ilhas da UE» foi lançada em maio de 2017, em Malta, onde a Comissão Europeia e 14 Estados-Membros¹ assinaram uma declaração política. Outros Estados-Membros foram também convidados a aderir.

Em 2018, foi criado um secretariado dedicado à iniciativa, que oferece orientações detalhadas às ilhas sobre como impulsionar e avançar com sua a transição para as energias limpas. Esta orientação assume a forma de uma metodologia de envolvimento das partes interessadas, de apoio na preparação de planos de transição, de reforço das capacidades, de apoio técnico ao desenvolvimento de projetos e de planos financeiros,

bem como de oportunidades de criação de redes e de comunidades.

No seguimento de um convite à apresentação de propostas, em fevereiro de 2019 foram selecionados 26 projetos-piloto para receberem apoio na preparação das Agendas para a Transição Energética. Numa primeira fase, seis ilhas – as **ilhas de Aran** (Irlanda), **Cres-Lošinj** (Croácia), **Sifnos** (Grécia), a **ilha da Culatra** (Portugal), a **ilha de Salina** (Itália) e **La Palma** (Espanha) – vão elaborar e publicar as suas agendas até ao verão de 2019. As outras 20 ilhas, situadas na Irlanda, na Grécia, em Espanha, em França, na Croácia, em Itália, em Portugal, na Finlândia, na Suécia e no Reino Unido, farão o mesmo até ao verão de 2020.

As 26 ilhas foram selecionadas de acordo com o seu potencial para estabelecerem um processo de transição de grande qualidade com o apoio do secretariado. Foi dada especial atenção à inclusão de ilhas que acolhem uma grande diversidade de condições geográficas e contextuais, para que o exemplo pudesse inspirar o maior número possível de ilhas europeias nos próximos anos.

Está disponível financiamento da UE para investimentos em energias limpas, nomeadamente nas ilhas, por exemplo através da política de coesão, do Horizonte 2020, do programa LIFE, do Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos e do Mecanismo Interligar a Europa.

Apoio por medida à política de coesão

A iniciativa «Energia Limpa para as Ilhas da UE» inscreve-se perfeitamente nos objetivos gerais da política de coesão, que visam a coesão económica, social e territorial da UE. Esta política constitui um contributo essencial para a concretização da União da Energia no terreno, incluindo nas ilhas da UE.

1) Estónia, Grécia, Espanha, Alemanha, Dinamarca, França, Croácia, Irlanda, Itália, Chipre, Malta, Portugal, Suécia, Finlândia

AS ENERGIAS RENOVÁVEIS ESTÃO A AQUECER EM AGIOS EFSTRATIOS («AI STRATIS»), NA GRÉCIA

O objetivo do projeto da ilha grega de Ai Stratis, cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, é o de que pelo menos 85% do consumo energético da ilha tenha origem em sistemas eólicos ou fotovoltaicos. À semelhança de muitas outras ilhas gregas situadas a uma grande distância do continente, a Ai Stratis não está ligada à rede nacional de transporte de eletricidade. Até agora, a ilha dependeu sempre dos geradores a gásóleo da empresa pública de energia. Vão ser instalados na ilha sistemas eólicos e fotovoltaicos.

Uma grande turbina eólica e um parque fotovoltaico vão produzir eletricidade, e o excedente será convertido em energia térmica e armazenado em tanques. Com a construção de uma nova rede de aquecimento, o sistema vai disponibilizar aquecimento aos edifícios e casas da ilha. Espera-se que o projeto, que começou em 2017 e dispõe de um orçamento total de 8,5 milhões de euros, esteja terminado em 2022 (a par dos ensaios). Até à data, foi criada legislação que o classifica como projeto-piloto, os estudos da estação híbrida e do aquecimento urbano foram levados a cabo e foram lançadas consultas com as partes interessadas relevantes no que toca às questões de interconectividade, gestão e fixação de preços.



Esta concretização passa por investimentos em eficiência energética, energias renováveis, infraestruturas energéticas inteligentes e na transição para um setor dos transportes descarbonizado, bem como em investigação e inovação com vista à redução das emissões de carbono. Estes investimentos não só contribuem para os objetivos da União da Energia e ajudam os Estados-Membros a alcançar as metas da UE em matéria de clima e de energia, mas também beneficiam o desenvolvimento regional, a competitividade, o crescimento e o emprego, ao mesmo tempo que combatem a pobreza energética e reforçam a segurança do aprovisionamento energético. Estes são também benefícios importantes para as ilhas.

Por natureza, a política de coesão oferece uma resposta estrutural e de longo prazo aos desafios enfrentados por diferentes regiões, incluindo as ilhas. Os programas admitem abordagens feitas à medida, desenvolvidas em parcerias com intervenien-

tes essenciais no terreno, bem como a possibilidade de adaptação às circunstâncias em constante mudança.

Outro elemento que pode ser particularmente importante para muitas ilhas é o facto de a política de coesão prestar especial atenção à inovação de base local e de se construir a partir de estratégias de especialização inteligente. Neste aspeto, a política de coesão é a política central da UE no apoio ativo à coesão territorial e no investimento de longo prazo em áreas com especificidades geográficas.

As estratégias macrorregionais da UE, que abrangem as regiões Alpina, do mar Báltico, do Danúbio e Adriática e Jónica, bem como a Cooperação Territorial Europeia — Interreg — podem também desempenhar um papel importante continuando a promover e apoiar as questões energéticas, incluindo o intercâmbio de conhecimentos e de experiências entre as ilhas.

Concretizar projetos energéticos de grande qualidade no terreno é a chave para o sucesso, nomeadamente para a concretização de melhorias tangíveis para os cidadãos e para as empresas e para acelerar a descarbonização das ilhas da UE. Neste contexto, o trabalho realizado ao abrigo da iniciativa «Energia Limpa para as Ilhas da UE» pode ser particularmente útil. O desenvolvimento das Agendas para a Transição Energética, o reforço das capacidades e o apoio técnico às ilhas participantes, bem como a troca de experiências e de ideias podem fazer deste um veículo eficiente para o estabelecimento de um conjunto de projetos de alta qualidade, capazes de se candidatarem a cofinanciamento ao abrigo da política de coesão.

Por exemplo, **Menorca**, em Espanha, está a trabalhar no sentido de continuar a melhorar e a atualizar a sua estratégia de descarbonização para 2030 e receberá apoio do secretariado como uma das regiões-piloto supracitadas. A estratégia de descarbonização está bastante adiantada e visa alcançar uma quota-parte de 85% de energias provenientes de fontes renováveis na produção de eletricidade até 2030, bem como uma redução substancial do uso de combustíveis fósseis e a eletrificação dos transportes e dos edifícios. A estratégia inclui ainda um conjunto exaustivo de medidas com vista a adaptar a capacidade do sistema de produção de energia a essa percentagem elevada de energias renováveis, incluindo a capacidade de armazena-



RUMO A TRANSPORTES MAIS LIMPOS NA GOTLÂNDIA, NA SUÉCIA

Cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o projeto Transportes Sustentáveis visa melhorar a eficiência energética e reduzir a emissão de gases com efeito de estufa na ilha da Gotlândia. Será dada especial atenção à meta nacional de redução de 70% dos efeitos climáticos com origem no setor dos transportes a Suécia até 2030. O objetivo do projeto passa por sensibilizar as PME que trabalham diretamente no transporte rodoviário ou com máquinas usadas na indústria e na construção civil. A ideia é ajudar estas empresas a melhorarem o seu trabalho em matéria de eficiência energética por via da organização de palestras, ateliês e consultas sobre eficiência energética. Outra vertente do projeto dá atenção ao reforço do uso dos transportes públicos, nomeadamente no que se refere a melhores soluções de mobilidade intermodal. O orçamento total do projeto, que decorrerá entre 2018 e 2021, é de cerca de 1 milhão de euros. A longo prazo, o projeto visa ajudar a reduzir o impacto climático dos transportes na ilha através de uma melhor eficiência energética e de uma maior utilização das energias renováveis.



<https://klimatsynk.se/projektportfoljer/hallbara-transporter/hallbara-transporter.html>

SICÍLIA E MALTA COOPERAM PARA SUPRIR A LACUNA DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS

Cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o projeto «Cenários para as energias renováveis nas ilhas» definiu estratégias comuns para colmatar o fosso que separa a Sicília e Malta da média europeia no que respeita à utilização de energias renováveis e para encorajar a transferência de tecnologias e de boas práticas. Além disso, foram tomadas medidas para comparar e avaliar as estratégias energéticas dos pontos de vista ambiental e socioeconómico e para identificar e executar um plano de ação para uma maior difusão das energias renováveis.

O projeto criou uma base de dados ambiental e socioeconómica ligada ao uso das fontes de energia renováveis e um atlas das energias renováveis para cartografar as instalações e as boas práticas no território maltês e nas províncias de

Agrigento e Ragusa, na Sicília. Um intercâmbio e a divulgação de boas práticas foram também o resultado de duas visitas sobre energias renováveis, em que estudantes universitários e investigadores ficaram a conhecer as centrais de produção de energias renováveis mais importantes. Um fórum sobre energia, um ateliê organizado numa sessão plenária e quatro grupos de partes interessadas com empresários, engenheiros, políticos e cidadãos também resultaram em estratégias de implementação das energias renováveis. Por fim, foi criada uma rede de intercâmbio de pontos de energias renováveis destinada a ligar parceiros transfronteiriços em cada território para informar sobre as energias renováveis e sensibilizar para esta questão. O projeto decorreu entre 2011 e 2012, com um orçamento total de 0,6 milhões de euros.

<https://bit.ly/2TLqZ76>



mento das baterias. Tem também por objetivo gerar diversos benefícios paralelos, incluindo a segurança do aprovisionamento, a participação social, benefícios para a economia local e o emprego, sustentabilidade ambiental e integração na paisagem e no património da ilha, já que Menorca é uma reserva da biosfera da UNESCO.

A Comissão está também a apoiar os esforços de forma mais direta, participando em debates sobre como fazer avançar a estratégia, como maximizar o uso do financiamento da UE disponível, incluindo o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, e como mobilizar o investimento privado. Teve lugar em janeiro de 2019 uma visita conjunta por representantes das Direções-Gerais da Política Regional e Urbana e da Energia da Comissão para apoiarem o trabalho, e esse intercâmbio continuará.

A política de coesão é uma das mais importantes fontes de financiamento que possibilitam que as regiões ultraperiféricas concretizem a transição energética. No seguimento do com-

promisso — afirmado na comunicação que estabelece uma estratégia para as regiões ultraperiféricas, adotada em outubro de 2017 — de integrar na UE e internacionalmente, através da iniciativa «Energia Limpa para as Ilhas da UE», as boas práticas desenvolvidas por estas regiões, estas estão a assumir um papel proeminente nesta iniciativa.

Por exemplo, as **ilhas Canárias** acolheram o segundo Fórum «Energias Limpas para as Ilhas da UE» durante a sua presidência da Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas, em que todas as regiões ultraperiféricas puderam apresentar boas práticas no domínio da energia. Outro exemplo é o da ilha da Reunião, que tem vindo a testar, em conjunto com representantes da Comissão e do Governo francês, uma nova ferramenta de governação proposta na comunicação, que visa acelerar a sua transição energética.

Investir na transição energética

Olhando para o futuro, a proposta da Comissão para a política de coesão no próximo quadro financeiro, 2021-2027, passa por enfatizar as prioridades que ajudarão a Europa a permanecer competitiva e a adaptar-se à globalização e à mudança tecnológica, incluindo os desafios relacionados com a transição para as energias limpas.

Para promover e desencadear uma transição energética limpa e justa, há montantes significativos que terão de ser obrigatoriamente concentrados no objetivo político de uma Europa mais verde e hipocarbónica, incluindo investimentos em eficiência energética, em sistemas de energia renovável e energia inteligente, em redes e em armazenamento ao nível local.

Além disso, a proposta prevê um importante apoio para enfrentar os desafios mais vastos ligados à transformação estrutural, como a transição para as energias limpas. Esta

ajuda inclui apoio à diversificação económica – por exemplo, apoio às PME, às incubadoras de empresas, à inovação e cooperação entre a indústria e os investigadores, ao reforço das capacidades e das competências e também aos transportes sustentáveis e à inclusão social.

Desta forma, a política de coesão ajuda os Estados-Membros e as regiões, incluindo as ilhas, a antecipar e a gerir as consequências das mudanças estruturais relacionadas com a transição para as energias limpas e outros desafios atuais de modo direcionado e «por medida». É frequente as diferentes circunstâncias locais não permitirem soluções únicas, e por isso o apoio precisa de ter uma base local e oferecer respostas integradas às necessidades locais. A política de coesão permite apoiar um importante esforço de promoção da diversificação e da valorização das regiões europeias, em especial com base nas estratégias de especialização inteligente.

Tendo em conta os preparativos para a próxima geração de programas da política de coesão, os relatórios por país do Semestre Europeu relativos a 2019 e o anexo específico sobre as orientações de investimento para o financiamento da política de coesão 2021-2027 dão destaque à importância das energias limpas nas ilhas, sempre que tal se justifica.

As ilhas da UE são convidadas a explorar todas as oportunidades disponíveis de apoio da política de coesão à sua descarbonização, tanto no período atual como no próximo. ■

SAIBA MAIS

<https://europa.eu/!Cq49rt>

<https://euislands.eu/clean-energy-islands-start>

A geografia do descontentamento na UE

Com as próximas eleições para o Parlamento Europeu agendadas para 23 a 26 de maio, aumentam as preocupações com o crescente desencanto em relação à UE. No primeiro de uma série de artigos na revista *Panorama* sobre o voto anti-UE, destacam-se algumas das razões que explicam a desconfiança dos cidadãos em relação à UE e aos governos nacionais.

Ao longo da última década, por toda a União Europeia, duplicaram os votos nos partidos anti-UE. Os partidos que se opõem ou que se opõem fortemente à integração europeia, tal como definido pelo inquérito a especialistas levado a cabo pelo Chapel Hill¹, viram a sua percentagem de votantes em eleições nacionais aumentar de 9% em 2008 para 18% em 2018 na UE-28.

Este panorama não se deve a mudanças registadas em alguns dos grandes Estados-Membros. Pelo contrário, metade

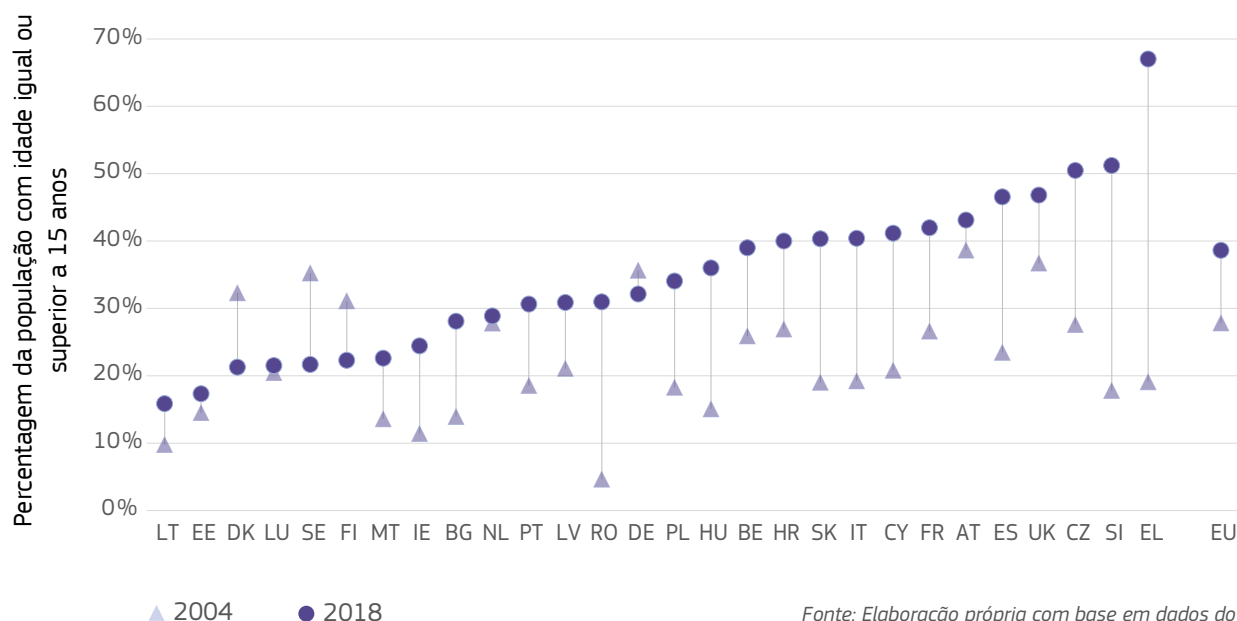
dos Estados-Membros registaram aumentos no número de votos em partidos anti-UE desde 2008. Em 10 Estados-Membros, o aumento foi superior a 10 pontos percentuais. Este rápido aumento pode também afetar as eleições europeias de maio de 2019.

O crescimento dos partidos anti-UE espelha um crescente desencanto com a UE. A percentagem da população europeia que tem tendência a desconfiar da UE subiu de 29% em 2008 para um máximo de 47% em 2013, descendo entretanto para os 39% em 2018. Ao longo da última década, o número de pessoas com tendência para desconfiar da UE subiu em 21 dos 28 Estados-Membros. Em 12 Estados-Membros, este aumento foi de mais de 10 pontos percentuais, ao passo que em três Estados-Membros — a Chéquia, a Grécia e a Eslovénia — a maioria da população tendia a não confiar na UE em 2018.

Desconfiança nacional

A elevada desconfiança não se aplica exclusivamente à UE. As pessoas também tendem a não confiar nos governos nacio-

Percentagem da população que tende a não confiar na UE, 2004-2018



Fonte: Elaboração própria com base em dados do Eurobarómetro

1) <https://www.chesdata.eu/>

nais. Em 12 Estados-Membros, a maioria dos cidadãos não confia no governo nacional. A desconfiança em relação ao governo nacional é mais alta do que em relação à UE no seu conjunto em praticamente todos os Estados-Membros. Apesar disso, a desconfiança nos governos nacionais raramente é usada como argumento para defender o desmantelamento dos países, ao passo que a desconfiança na UE é usada por muitos partidos para argumentar a favor de uma redução radical do papel da UE ou mesmo da saída da União.

Para se perceber por que razão as pessoas votam em partidos que são contra a integração europeia, reuniram-se os votos das mais recentes eleições nacionais em mais de 63 000 círculos eleitorais na UE-28. Tendo por base estudos sobre o populismo na Europa e nos EUA, este trabalho analisou se os mesmos fatores estavam relacionados com a votação anti-UE.

A investigação sobre o populismo sublinha um conjunto de características individuais. Os homens mais velhos, da classe trabalhadora, que recebem salários mais baixos e que têm menos habilitações que lhes permitam enfrentar os desafios de uma economia moderna, tendem a votar com mais frequência em populistas. O estudo também demonstra que as cidades mais pequenas e as zonas rurais têm mais tendência a votar em populistas, bem como as zonas em declínio.

Embora haja uma forte relação entre populismo e oposição à integração europeia, trata-se de duas questões distintas. O inquérito a especialistas levado a cabo pelo Chapel Hill

identifica os partidos que dependem fortemente da retórica antielite e antissistema, uma das principais características do populismo. Os partidos que dependem dessa retórica nem sempre se opõem à integração europeia. Por exemplo, o Podemos, em Espanha, que faz frequentemente uso da retórica antielite, é parcialmente favorável à integração europeia. Outros partidos parcialmente contra a integração europeia, como os Conservadores britânicos ou a União Cristã dos Países Baixos, não usam retórica antielite.

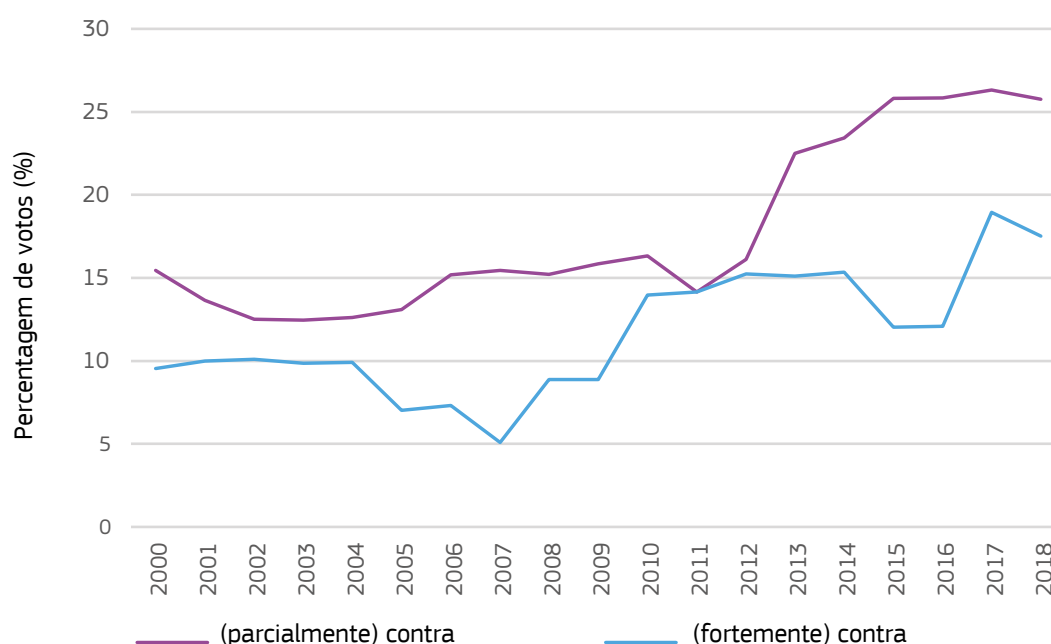
Muitos catalisadores do voto populista também servem para impulsionar o voto anti-UE. As zonas em que se verifica um declínio económico a longo prazo, baixas taxas de emprego, uma percentagem baixa de pessoas com educação terciária, baixa densidade e uma maior fatia de pessoas com mais de 65 anos tendem a votar mais em partidos que se opõem ou que se opõem fortemente à integração europeia.

Preocupações com o futuro

O mais surpreendente foi o impacto do nível de desenvolvimento económico: as regiões com um PIB *per capita* mais alto votam mais em partidos anti-UE. Uma vez que as zonas com rendimentos mais baixos votam mais em partidos populistas, a expectativa seria a de que um PIB *per capita* baixo alimentasse o voto anti-UE. No entanto, não são as zonas mais pobres que votam contra a UE, mas sim as zonas que, já tendo sido mais ricas, entraram em declínio face ao resto do país.



Percentagem de votos em partidos que se opõem à integração europeia na UE-28, 2000-2018



Fonte: Elaboração própria com base em dados do inquérito a especialistas do Chapel Hill e fontes nacionais

É possível que estas zonas careçam das competências e das indústrias que lhes permitiriam prosperar numa economia mais centrada na inovação e na tecnologia. Como tal, os residentes nestas comunidades estão preocupados com o futuro da sua região.

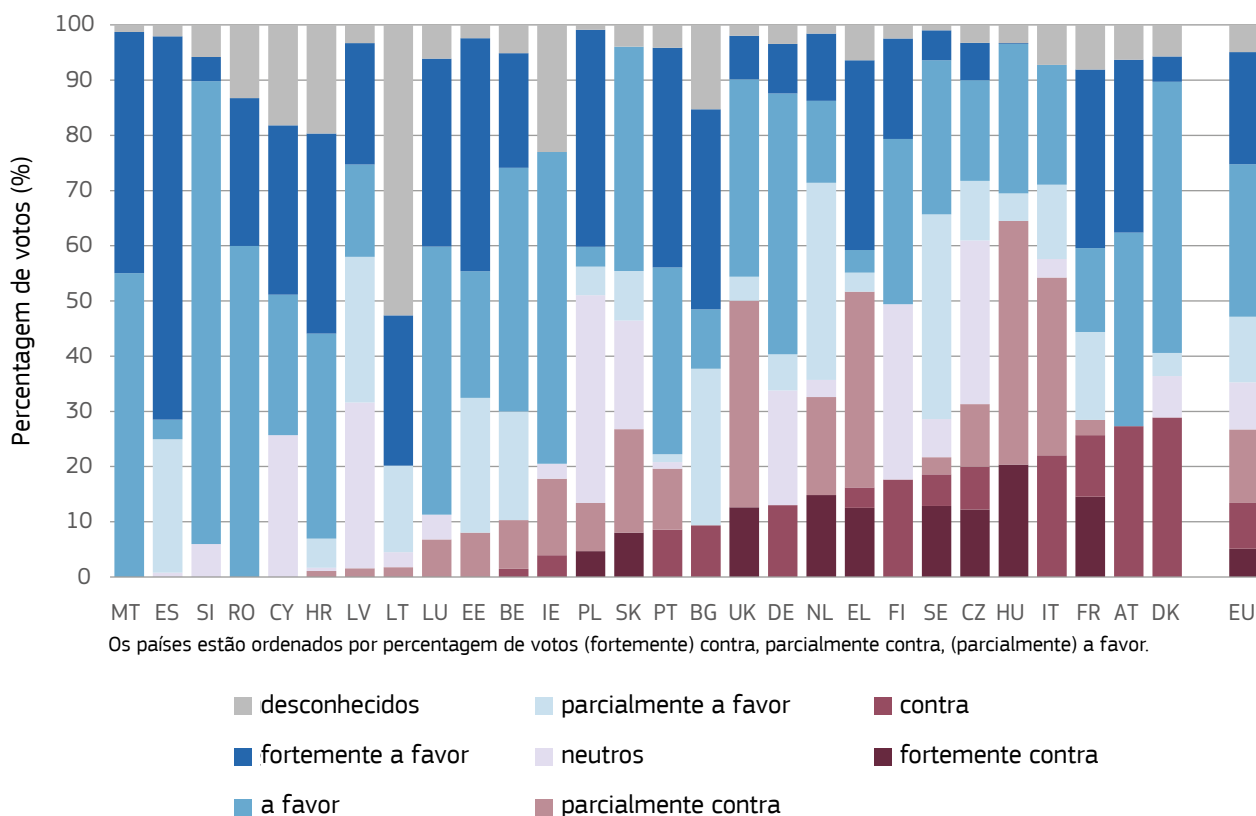
A isto acresce o facto de as zonas em que tem diminuído a proporção dos postos de trabalho na indústria também votarem mais em partidos anti-UE. A combinação entre um PIB *per capita* relativamente alto e um declínio económico de longo prazo pode ser um terreno particularmente fértil para a insatisfação e mesmo o ressentimento. Alguns partidos políticos populistas têm-se dirigido explicitamente a regiões outrora industriais, esperando, com razão, encontrar aí mais apoiantes.

O estudo apresenta outras conclusões inesperadas: o declínio populacional e do emprego reduz o voto anti-UE em vez de o fomentar e a migração líquida teve pouco ou nenhum impacto no voto anti-UE.

Nas próximas edições da revista *Panorama*, apresentaremos artigos que analisam de forma mais pormenorizada o impacto da pobreza, da demografia, da migração e da políticas da UE.

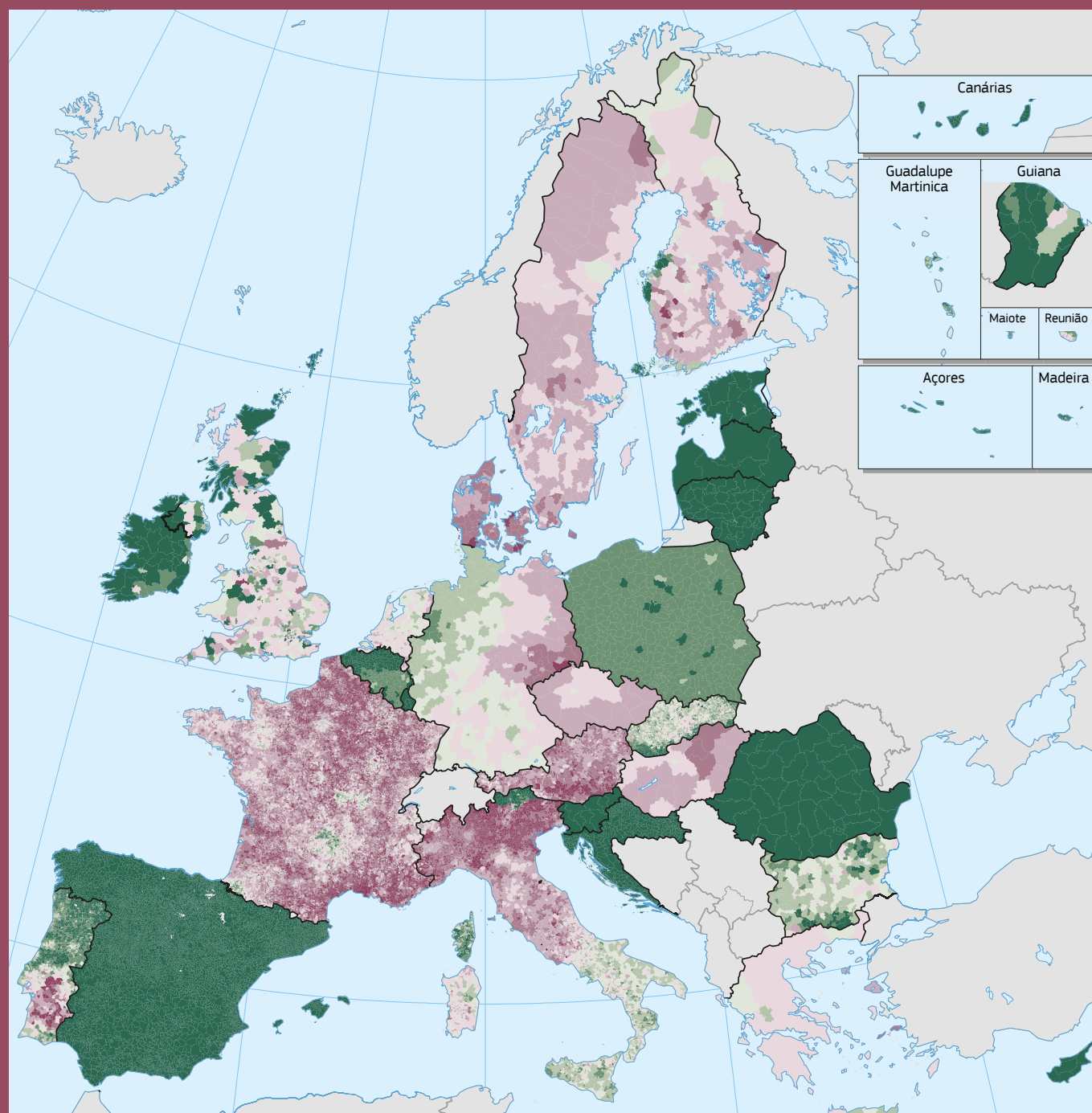
Para mais informações sobre a geografia do descontentamento na UE, consulte o artigo e os mapas interativos em: https://ec.europa.eu/regional_policy/mapapps/elections/EUdiscontent.html

Votos por posição partidária sobre a integração europeia, 2013-2018

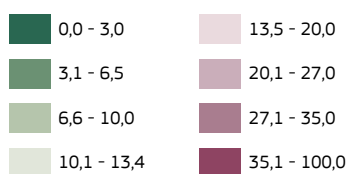


Fonte: Elaboração própria com base em dados do inquérito a especialistas do Chapel Hill e fontes nacionais

Percentagem de votos em partidos contra ou fortemente contra a integração europeia (2013-2018)



% de votos válidos



Fontes: Administrações nacionais; CLEA, inquéritos a especialistas do Chapel Hill 2014 e 2017, EuroGeographics, DG REGIO
 2018: IT
 2017: BG, CZ, DE, FR, MT, NL, AT
 2016: IE, ES, HR, CY, LT, RO, SK
 2015: DK, EE, EL, PL, PT, FI, UK
 2014: BE, LV, HU, SI, SE
 2013: LU
 Média da UE-28 = 13,4%

© EuroGeographics Association para as fronteiras administrativas

PROGRAMA MEDIÁTICO YOUTH4REGIONS

O programa mediático Youth4Regions apoia o desenvolvimento da próxima geração de jornalistas especializados em política regional. Encoraja estes jovens europeus a comunicarem sobre projetos financiados pela UE.



Apresentamos aqui os dois restantes textos vencedores do concurso de blogues YOUTH4REGIONS para jovens jornalistas.

Jovens refugiados na Flandres: cuidar e partilhar



A Paula está atualmente a estudar jornalismo em Valladolid, Espanha. Interessa-se muito por temas sociais e gostaria de se especializar em jornalismo internacional. Também partilha o seu interesse pela cultura escrevendo resenhas no seu blogue (lavozaticedida.com).

O projeto CURANT, com origem em Antuérpia, na Bélgica, acolhe jovens entre os 17 e os 22 anos para viverem com habitantes locais da mesma idade, que os ajudam na integração. Acordar de manhã e tomar o pequeno-almoço com o colega de casa não é uma raridade para um flamengo em Antuérpia, não fosse dar-se o caso de esse colega ser um dos muitos refugiados que chegam à Bélgica todos os anos.

O projeto CURANT da UE estabeleceu 66 parcerias entre os residentes e aqueles que foram forçados a deixar os seus países, neste caso jovens entre os 17 e os 22 anos de idade. Os refugiados e os respetivos «camaradas» recebem, cada um, 250 euros por mês e vivem em apartamentos para dois ou em casas com capacidade para 16 pessoas. Até à data, o projeto ajudou 66 refugiados a melhorarem a sua situação e quando chegar ao fim (em 2020), esse número deverá ter chegado, pelo menos, aos 75.

Contudo, não se trata apenas de um sítio para dormir. A relação entre os residentes e os refugiados baseia-se na integração na

“ a relação entre os residentes e os refugiados baseia-se na integração através de cursos, educação e formação. ”



sociedade através de cursos, de ensino e formação adaptados às suas circunstâncias e de um tutor legal que se transformará no seu novo anjo da guarda. Estes parceiros são escolhidos a dedo antes de serem emparelhados com um jovem refugiado, já que a relação entre ambos tem de ser boa.

As atividades incluem aprender neerlandês, a língua falada na região, procurar trabalho e criar uma rede social. Estes são os alicerces de uma nova vida, ou pelo menos de uma vida em melhores condições. Todos os participantes têm direito à ajuda de um assistente social, nomeadamente os refugiados, que recebem ajuda para se tornarem independentes, apoio psicológico e aconselhamento sobre integração e orientação profissional.

O projeto CURANT apoia um dos grupos mais vulneráveis, o dos jovens refugiados. Até aos 18 anos, os refugiados têm acesso a apoio financeiro, a cursos sobre integração e a um tutor legal, mas ao atingirem a maioridade perdem estes benefícios. A ausência de recursos, de educação e de trabalho traduz-se num maior número de jovens a viver em zonas desfavorecidas

e dependentes do estado social no longo prazo. De facto, em 2016, 378 jovens não acompanhados entre os 17 e os 22 anos de idade recebiam prestações sociais em Antuérpia. O número não seria tão alto se esta pequena cidade não recebesse um terço dos refugiados que chegam à Flandres.

O projeto CURANT não seria possível sem a coordenação do Departamento de Serviços Sociais de Antuérpia, o órgão público responsável pela atribuição de habitação, e do Centro para a Migração e Estudos Interculturais da Universidade de Antuérpia, que mede o impacto da vida em comunidade nas casas e presta apoio na capacitação dos refugiados. Outras parcerias incluem as ONG JES vzw, Vormingplus Antwerpen, Solentra e Atlas Inburgering en Integratie.

O orçamento total do projeto é de 6 milhões de euros, sendo que quase 5 milhões de euros provêm do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional. ■



Aproveitar as oportunidades perto de casa

« Com o apoio da UE, não precisas de mudar de região para desenvolveres o teu potencial. Podes ficar em casa e ajudar a tua região. »



A Magdalena é formada em línguas e jornalismo e estuda língua e literatura polacas em Katowice. Escreve também para ONG de caráter social e ensina inglês.

Queres sair de casa? Enquanto adolescente cético a viver numa pequena aldeia na fronteira, não é provável que vejas grandes oportunidades de desenvolvimento na tua região. Na Polónia? Sim, mas terias de mudar de casa. Na Alemanha? Talvez, mas não queres emigrar. Parece que acabarás os estudos por aqui e que depois irás viver para outro sítio, fora da tua região. Que outra coisa podes fazer? É assim que funciona.

Não, não é bem assim. Posso garantir-te que a estratégia da UE não passa por desertificar as regiões impopulares e fortalecer os mercados de trabalho de um número reduzido de sítios. A UE funciona como um organismo, feito de regiões unidas, ou «pequenas pátrias». Se uma parte é mais fraca, temos de trabalhar para que melhore. É por isso que não tens de ir viver para outro sítio.

Talvez devesse procurar financiamento europeu para descobrires o que se passa. Um alemão diria: «Karriere ohne Grenzen»... Ou talvez: «Aprender sobre oportunidades de trabalho transfronteiriças na Saxónia e na Baixa Silésia». Parece aborrecido? Errado! Esse projeto, que começou em setembro de 2010, revela o potencial oculto das regiões transfronteiriças, como Neisse-Nise-Nysa. O título refere-se à estratégia que, em 2007-2013, envolveu professores, educadores, empresários locais (da Polónia e da Alemanha) e jovens, com vista à criação de oportunidades e à partilha de ferramentas e de conhecimen-

tos sobre como encontrar um bom local de trabalho. Durante esse tempo, jovens (também da República Checa) e adultos participaram em vários ateliês que lhes mostraram que as oportunidades de trabalho estão ao virar da esquina! Com ajuda da UE, a Polónia e a Alemanha organizaram reuniões e debates para agilizar os percursos profissionais.

O que se segue? Quando o projeto terminou, a equipa publicou um guia de oportunidades na Alta Silésia e na Saxónia. Porque é que não há mais países a fazê-lo? É comum acharmos que podemos lidar com os desafios sozinhos. No entanto, por vezes precisamos da ajuda de pessoas mais experientes. Além disso, podemos partilhar o nosso conhecimento com elas — a isto chamamos sinergia. Nas palavras de Ralf Ostrowski, coordenador do projeto: «Esta sinergia ajuda a destacar as oportunidades de emprego nesta área e estimula as oportunidades de carreira dos jovens da região, evitando que tenham de ir viver para outro sítio.»

Então esta região não está assim tão mal. O investimento no projeto foi de 618597 euros, quase todo proveniente da UE. Quais são os efeitos visíveis deste financiamento? Primeiro, os jovens podem finalmente encontrar trabalhos que se adequam às suas necessidades. Nas incubadoras de empresas em Zgorzelec ou Goerlitz, os empresários podem encontrar manuais e folhetos, bem como trabalhadores qualificados para lhes darem conselhos sobre percursos profissionais. Os estudantes na região de Nysa visitaram locais de trabalho e participaram em seminários. Como tal, nas escolas e universidades podes agora encontrar informações sobre como ter êxito numa entrevista ou sobre como elaborar o teu primeiro currículo.

Por isso agora já sabes! Com o apoio da UE, não precisas de mudar de região para desenvolveres o teu potencial. Podes ficar em casa e ajudar a tua região, por isso sai da casca e sê criativo! ■



O posto fronteiriço alemão em Görlitz, uma cidade dividida entre a Alemanha e a Polónia



A Igreja de São Pedro e Paulo, a Waidhaus e a ponte Altstadt em Görlitz, na Alemanha

Campanha televisiva na Estónia apresenta projetos financiados pela União Europeia

O canal público estónio ERR lançou uma série de programas de televisão no outono passado centrados no impacto que os Fundos Estruturais estão a ter nas comunidades e na economia locais. A autoridade de gestão da Estónia ajudou a organizar a campanha para salientar as realizações da política de coesão da União Europeia de uma forma lúdica e informativa.

A série de televisão «Viagem pela Estónia» foi transmitida em 16 episódios, às sextas-feiras, à noite em horário nobre (20 horas). No total, o programa apresentou 90 projetos cofinanciados (90% apoiados pelos Fundos Estruturais da União Europeia e 10% por subvenções norueguesas). Cada episódio foi dedicado a um condado estónio, e em dezembro de 2018 o programa concluiu com um programa de retrospectiva.

Os programas foram apresentados por um dos músicos mais populares do país, Ivo Linna, enquanto a conhecida atriz Liisa Pulk apresentou as reportagens de vídeo sobre os projetos, cada uma com uma duração aproximada de três minutos e meio. Para além de canções e da participação de celebridades, os programas incluíram um questionário informal em que figuras públicas respondiam a perguntas sobre os projetos.

Pensar em grande

A organização da campanha exigiu um planeamento e um trabalho de equipa cuidadosos. A autoridade de gestão coordena uma rede de comunicações no âmbito dos Fundos Estruturais composta por especialistas em relações públicas de organizações que aplicam o financiamento da União Europeia (UE) na Estónia. Foi este grupo que teve a ideia de fazer uma

temporada inteira de programas, ao invés de um programa único, para garantir um grande impacto entre o público.

«Depois de tomarmos essa decisão, reunimo-nos com os três canais de televisão estónios mais influentes para discutir conceitos e obter algumas ideias sobre o potencial formato do programa», explica Triin Nolo, principal especialista em formações e comunicações horizontais no âmbito dos Fundos Estruturais junto da autoridade de gestão estónia. «Depois, organizámos um concurso para a realização do programa, através do qual acabámos por assegurar uma relação laboral com a ERR».

De acordo com Nolo, um dos principais aspetos do processo consistiu na elaboração de um concurso pormenorizado, para

a empresa de televisão saber exatamente o que era necessário em termos de formato, tempo de antena, equilíbrio de conteúdos, utilização de logótipos e número de intervalos para publicidade. O concurso incluía, além disso, a estipulação de que os programas poderiam ser vistos novamente, por exemplo através da Internet.

A seleção dos projetos foi um empreendimento gigante, sendo analisados mais de 400 projetos antes da escolha final. As agências de execução e os organismos intermédios do país forneceram à empresa de televisão a lista de projetos. O objetivo era apresentar aos espetadores todos os assuntos abrangidos pelo financiamento da UE, desde a formação profissional e o apoio às empresas às grandes obras de construção, passando pelo apoio à inovação científica.

Informativo e lúdico

Liisa Pulk apresentou os projetos e entrevistou os principais intervenientes, incluindo beneficiários, coordenadores de projetos e utilizadores dos serviços. Os destaques incluíram uma visita à nova sala de espetáculos da Academia de Música da Estónia, construída com apoio financeiro do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.

«...estamos certos de que alcançaremos o nosso objetivo de sensibilizar e criar uma imagem positiva dos Fundos Estruturais da UE e dos projetos que estes apoiam junto do público da Estónia.»



No estúdio a preparar a filmagem do programa



Ivo Linna durante as filmagens



Dois jovens cantores estónios, Tuuli Rand e Teele Viira, e a atriz Piret Rauk no estúdio do programa Saaremaa



Liisa Pulk a acenar ao cantor Jüri Pootsman, candidato no Festival Eurovisão da Canção, no estúdio do programa no condado de Raplamaa

A apresentadora também visitou uma empresa que recebeu financiamento para desenvolver um novo *spray* nasal baseado na famosa água mineral de Värskä, no sudeste do país. Além disso, uma viagem à Academia de Aviação da Estónia revelou um simulador de helicóptero de última geração, enquanto uma visita à zona histórica de Mulgimaa se centrou no apoio da UE à criação de um centro de formação tecnológica.

Os espetáculos tiveram êxito junto dos espetadores da Estónia: as audiências colocaram sempre o programa entre os dez mais vistos da semana, tendo chegado uma vez ao número quatro da classificação. Isto corresponde a cerca de 110 000 a 130 000 espetadores por semana, ou seja, aproximadamente 9-10% da população.

«Iremos avaliar o impacto da campanha quando realizarmos o nosso inquérito anual de sensibilização no final do ano. No entanto, como as estatísticas de visualização do espetáculo foram surpreendentemente elevadas, estamos certos de que alcançaremos o nosso objetivo de sensibilizar e criar uma imagem positiva dos Fundos Estruturais da UE e dos projetos que estes apoiam junto do público da Estónia», acrescenta Nolo.

Ideias ousadas

Agora, a equipa de financiamento da UE estónia planeia tirar partido do êxito da campanha com uma série de eventos


complementares agendados para 2019. Em 9 de maio, o país celebrará o Dia da UE, que inclui uma semana de eventos ao vivo em toda a Estónia.

«Para assinalar os 15 anos da adesão da Estónia à UE, colaborámos com o escritório do Parlamento Europeu na Estónia para organizar uma digressão nacional em maio, na qual faremos uma versão ao vivo do programa de televisão com o Ivo Linna e a sua banda», explica Nolo. «Desta vez, as perguntas do questionário serão respondidas por candidatos locais ao Parlamento Europeu.»

No que diz respeito à realização de campanhas semelhantes por colegas nas respetivas regiões, Nolo tem o seguinte conselho: «Sejam corajosos e audazes, porque as boas ideias tendem a voar alto. Reúnam uma boa equipa e discutam ideias. Confiem no vosso canal de televisão, mas mantenham o empenho ao longo de todo o processo e recordem-nos da importância de colocar os conteúdos relativos aos Fundos Estruturais no centro do programa.»

SAIBA MAIS

Programa «Viagem pela Estónia» disponível na Internet em: <https://etv.err.ee/895572/reis-umber-eesti-15-16>



Boas notícias para Portugal... E para o futuro investimento da UE

O Mosteiro de Alcobaça é Património Mundial da UNESCO e situa-se no centro de Portugal

Em novembro de 2018, o evento de partes interessadas no Pacto de Integridade «Juntos para uma contratação limpa: novos desenvolvimentos e o caminho a seguir» apresentou alguns resultados de projetos importantes, partilhou lições aprendidas e analisou os desafios futuros.

Em Portugal, o último Pacto de Integridade (PI) oficialmente assinado promoverá a transparência e a eficiência num projeto financiado pela UE centrado na restauração e na preservação do Mosteiro de Alcobaça. Trata-se de um dos tesouros históricos e arquitetónicos medievais do país e está entre os centros cistercienses mais influentes da Península Ibérica e da Europa.

A Direção-Geral do Património Cultural do Governo português será apoiada pela Transparency International Portugal para garantir que o projeto, no valor de cerca de 1 milhão de euros, cumpre os seus objetivos e que os cidadãos continuam a receber notícias e a participar no acompanhamento dos trabalhos.

O Mosteiro de Alcobaça, cuja estrutura contém elementos que datam do século XII, conserva muitas das suas características medievais. Como resultado da sua história única, o monumento foi reconhecido como Património Mundial da UNESCO. Com um elevado número de turistas a visitar Alco-

baça, o trabalho ajudará a proteger o *design* intrincado do edifício, incluindo os famosos túmulos do rei D. Pedro I e de Inês de Castro, encomendados pelo rei D. Pedro I após a dramática história de amor que viria a inspirar muitos poetas e artistas.

Transparência e valor acrescentado em exibição

Trata-se do último dos 17 projetos levados a cabo em 11 Estados-Membros para utilizar os PI para projetos financiados pela UE no âmbito de uma iniciativa-piloto conjunta entre a Transparency International e a DG Política Regional e Urbana da Comissão Europeia. Tem por objetivo aumentar a transparência e a rentabilidade do investimento da UE ao abrigo da política de coesão. À medida que a execução destes projetos avançou, observaram-se alguns resultados significativos e retiraram-se alguns ensinamentos importantes para o futuro.

Em 28 de novembro de 2018, o Evento de Partes Interessadas nos Pactos de Integridade reuniu cerca de 120 partes interessadas dos 17 PI: parceiros da sociedade civil, entidades adjudicantes, autoridades de gestão, adjudicatários e outras partes interessadas importantes (autoridades anticorrupção, serviços de contratação pública), representantes da Comissão Europeia (em particular da DG REGIO) e o Serviço de Ligação à UE e Secretariado da Transparency International.

O evento tinha por objetivo exibir boas práticas e promover a ambição entre os PI existentes. Três anos após o início do projeto, os participantes partilharam as lições aprendidas, as realizações e os desafios por ultrapassar resultantes desta colaboração. Além disso, olharam para o futuro e alargaram horizontes, analisando os PI no âmbito do panorama mais amplo da «contratação limpa». As partes interessadas discutiram ainda o modo como as diferentes iniciativas podem desenvolver-se e complementar-se mutuamente na procura de uma contratação pública mais eficiente, eficaz e livre de corrupção.

Financiar o futuro

Durante o dia, realizaram-se sessões plenárias e de grupo sobre diferentes temas: lições e impressões das partes interessadas, os resultados de uma revisão de aprendizagem intercalar realizada recentemente no âmbito do projeto, a perspetiva da DG REGIO sobre os PI no contexto das últimas tendências na contratação pública, a questão da baixa concorrência e das propostas únicas na contratação pública, os esforços em curso para derrubar obstáculos entre diferentes partes interessadas na contratação pública e estratégias para promover uma maior transparência e abertura e desenvolver uma coligação para ações com melhores dados abertos.

Patrícia Moreira, diretora executiva do secretariado da Transparency International, não tem dúvidas: os PI são importantes para desenvolver a confiança entre diferentes partes interessadas (sociedade civil, autoridades nacionais, setor privado, cidadãos). Ajudaram a desenvolver uma apreciação mais forte do papel que os PI e a sociedade civil podem desempenhar no desenvol-

“ A eficiência, a transparência e o desempenho continuarão a ser elementos fundamentais da próxima geração de programas e fundos da UE e, em particular, da política de coesão. ”

vimento de uma contratação mais limpa, a par de outros trabalhos, como iniciativas no domínio dos dados abertos.

De acordo com Marc Lemaître, diretor-geral da DG REGIO, este projeto-piloto demonstra de que modo as instituições públicas podem beneficiar da cooperação com a sociedade civil para se tornarem mais transparentes, eficientes e orientadas para os resultados, protegendo mais eficazmente os interesses financeiros da UE. Esta é também uma mensagem clara para o futuro. A eficiência, a transparência e o desempenho continuarão a ser elementos fundamentais da próxima geração de programas e fundos da UE e, em particular, da política de coesão. ■

SAIBA MAIS

https://ec.europa.eu/regional_policy/en/policy/how/improving-investment/integrity-pacts/

<https://bit.ly/2UzmSaE>

<https://bit.ly/2G10fsY>



PONTO DE DADOS

Monitorizar o orçamento para a ação climática

Sabia que a ação climática é apoiada por um investimento significativo da política de coesão? Sendo assim, porquê a necessidade de monitorizar os investimentos da UE no domínio da ação climática?

Para que a UE atinja as metas acordadas em termos de clima e energia até 2020, a Comissão Europeia comprometeu-se a apoiar a ação climática com pelo menos 20% do orçamento do quadro financeiro plurianual (QFP) para 2014-2020. Este compromisso político insere-se num esforço mais amplo de integração da ação climática, de contributo para os esforços de atenuação dos efeitos das alterações climáticas e de adaptação do nosso ambiente natural e construído e da nossa economia ao impacto esperado das alterações climáticas nos planos local, nacional e europeu.

O Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e o Fundo de Coesão são reconhecidos pelo seu importante contributo para o acompanhamento das metas globais da UE, tendo em conta os seus objetivos e o seu âmbito. Mais de 20% do orçamento dos dois fundos está relacionado com a ação climática, o que implica um investimento de mais de 54 mil milhões de euros do orçamento da UE.

Como se monitorizam as contribuições financeiras da política de coesão?

Os Estados-Membros disponibilizam informação sobre o apoio dos objetivos de ação climática (contribuições financeiras) com base nas «categorias de intervenção» – uma lista de ações de investimento adequadas para cada um dos fundos. O método consiste em atribuir uma ponderação específica ao apoio financeiro disponibilizado ao abrigo dos fundos, em função da contribuição esperada para os objetivos de atenuação dos efeitos das alterações climáticas e de adaptação às mesmas. São atribuídos três coeficientes (com exemplos do FEDER):

- **100%** nos casos em que o apoio representa uma contribuição significativa para o clima (isto é, energia sustentável, prevenção dos riscos relacionados com o clima, investigação na área do clima, desenvolvimento tecnológico e inovação, etc.);
- **40%** nos casos de contribuições moderadas (transporte urbano, ferroviário, intermodal e outros tipos de transportes públicos limpos, etc.); e
- **0%** nos casos em que o apoio não contribui ou em que a contribuição é insignificante (o que se aplica à maioria dos domínios de intervenção).

É só uma questão de acompanhamento dos planos iniciais?

Não. Servindo-se do sistema de monitorização e do poder dos dados abertos, a Comissão tornou possível acompanhar em detalhe o progresso da concretização dos investimentos. Com base em dados recebidos anualmente, a Comissão monitoriza a atribuição de investimentos a projetos selecionados (aprovados) e a despesa efetiva dos projetos no terreno.

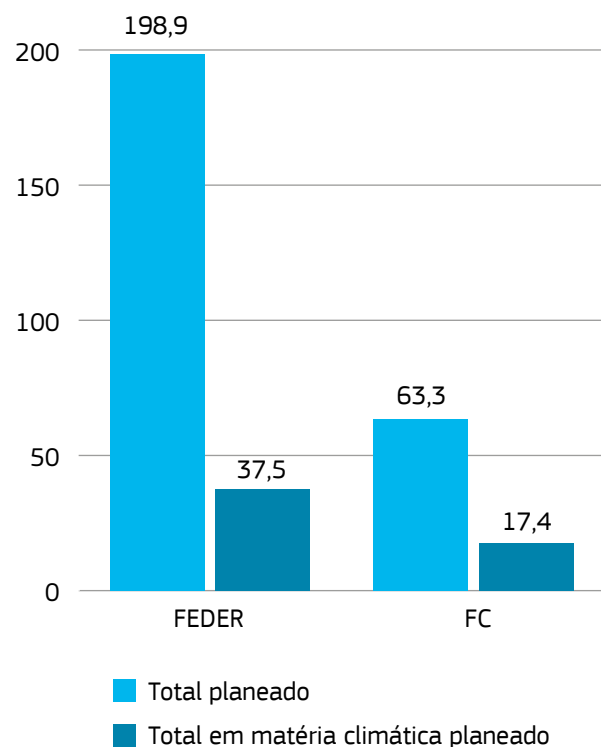
Os dados permitem às partes interessadas analisar:

- › A contribuição planeada total em euros de cada um dos fundos da política de coesão para o período de 2014-2021;
- › Os progressos registados na seleção dos projetos e a despesa efetiva de cada um dos projetos;
- › Os 34 investimentos do FEDER/FC em matéria de clima;
- › Os planos e progresso do país, incluindo os programas específicos por domínio de intervenção.

É de facto um sistema de monitorização detalhado!

A monitorização financeira é um primeiro passo essencial para a obtenção de resultados. Além do investimento na monitorização do clima e nas metas de concentração temática específica, foram incluídos objetivos temáticos relevantes em matéria de clima na legislação e nos programas para estabelecer a definição de intervenções específicas (ações e resultados) e de objetivos políticos (com indicadores de resultado). ■

Monitorização climática do FEDER e Fundo de Coesão (em milhares de milhões de euros)



Espreite esta reportagem de dados abertos interativos em que encontrará um guia com os diferentes gráficos e informações sobre dados de monitorização climática:

<https://cohesiondata.ec.europa.eu/stories/s/a8jn-38y8>

Existe algum tema que gostaria de ver discutido em futuras edições do PONTO DE DADOS da *Panorama*?

Existe algum conjunto de dados que gostaria que incluíssemos na Plataforma de Dados Abertos dos FEEI?

Se sim, escreva para: REGIO-EVAL@ec.europa.eu

Acompanhe o debate no TWITTER: [#ESIFOpenData](https://twitter.com/ESIFOpenData)

ou subscreva o nosso boletim informativo: http://ec.europa.eu/newsroom/index.cfm?service_id=788

A PANORAMA
agradece o seu
contributo!

«Nas suas próprias palavras» é a secção da *Panorama* na qual partes interessadas aos níveis local, regional, nacional e europeu resumem as suas realizações no período de 2014-2020 e partilham os seus pontos de vista sobre os debates atuais e cruciais sobre

a política de coesão pós-2020. A *Panorama* agradece contributos dos leitores no seu próprio idioma, que poderão ser incluídos em futuras edições. Contacte-nos através do endereço regio-panorama@ec.europa.eu para obter mais informações sobre orientações e prazos.

As comunidades locais assumem a liderança na região de Cujávia-Pomerânia

Com o objetivo de inspirar as comunidades locais a gerarem novas ideias para projetos que sirvam as suas necessidades, a Cujávia-Pomerânia é uma de duas regiões polacas que usam um instrumento territorial de «pequena escala», o chamado desenvolvimento local de base comunitária (DLBC).

Depois de uma primeira fase turbulenta, durante a qual a autoridade gestora do nosso Programa Operacional Regional (POR) teve dificuldade em encontrar o modelo certo para executar este novo instrumento da política de coesão, a ferramenta tem-se mostrado muito eficaz a envolver cidadãos a nível local no desenvolvimento de respostas para os atuais desafios sociais, ambientais e económicos.

Na região de Cujávia-Pomerânia, formaram-se 28 grupos de ação local (GAL), que levam a cabo projetos que combinam todos os Fundos Estruturais: o FEDER, o FSE, o FEADER e o FEAMP — numa fórmula única à escala europeia!

O GAL urbano em Toruń levou a cabo projetos notáveis que concentraram a sua atenção em adolescentes desfavorecidos, nos idosos e nos ex-reclusos. Foi lançado outro projeto exemplar – «Quintas do Bem-Estar» – nomeada pelo GAL rural de Bory Tucholskie. Neste projeto, os agricultores locais criaram nas suas quintas uma espécie de «centro de dia» para os idosos.

Sendo que o DLBC não é uma ferramenta muito conhecida na Polónia nem noutros países da UE, a nossa região tem tentado trocar informações regularmente com outras regiões. Também participámos numa avaliação de pares com as autoridades operacionais regionais da Hungria.

Tendo em conta a proposta da Comissão Europeia de um Regulamento Disposições Comuns pós-2020, em que se lê que o quinto objetivo político é o de uma «Europa mais próxima dos cidadãos», o mecanismo de DLBC, que possibilita iniciativas reais da base para o topo, incluindo pequenas organizações, grupos informais e comunidades, deve continuar a desenvolver-se.

Como tal, estamos a tentar criar um fórum de DLBC com outras regiões euro-



Piotr Całbecki
Marechal da região

peias e com a ajuda da Comissão Europeia, em que possamos trocar boas práticas e procurar soluções para aumentar a flexibilidade dos projetos de DLBC, harmonizar as exigências legais que regem o DLBC dos diferentes Fundos Estruturais e simplificar as disposições administrativas complexas. ■

SAIBA MAIS

<https://www.kujawsko-pomorskie.pl/>

Política de coesão pós-2020: a perspetiva da Chéquia

A política de coesão é uma das ferramentas mais importantes para se atingir os objetivos da UE em matéria de coesão económica, social e territorial. Não só ajuda a neutralizar disparidades regionais e nacionais, ao mesmo tempo que responde com precisão às necessidades territoriais, como também faz parte da espinha dorsal dos investimentos da UE.

Até 2020, a Chéquia terá recebido aproximadamente 51,4 mil milhões de euros desde que aderiu à UE em 2004, o que se reflete no crescimento e desenvolvimento do país. As nossas regiões já ultrapassaram a média da UE em matéria de maturidade ou estão muito perto disso.

Isto também se reflete na proposta para o quadro da futura política de coesão. A Chéquia irá receber mais 3,5 mil milhões de euros do que no período em curso. Ao mesmo tempo, os projetos terão de ser cofinanciados em maior grau e sob condições mais rigorosas do que em países com regiões menos desenvolvidas. É um desafio para todos nós, termos de usar menos financiamento para investimentos bem preparados e de qualidade.



David Škorňa
*Director do Departamento de Avaliação e Estratégia do Acordo de Parceria
Autoridade Nacional de Coordenação,
Ministério do Desenvolvimento
Regional da Chéquia*

O primeiro grande passo foi dado em fevereiro, quando o Governo checo adotou o conceito nacional de execução de política de coesão para a República Checa pós-2020. Este documento define os objetivos e as prioridades da Chéquia para o próximo período, bem como a estrutura dos programas operacionais e os seus órgãos de gestão.

Concentrar-nos-emos em apoiar as novas tecnologias e as soluções inteligentes, especialmente no contexto das soluções integradas. O nosso objetivo é alterar significativamente a ideia da economia circular para que os investimentos em diferentes áreas sejam ao mesmo tempo lucrativos e ecológicos. Além disso, também centraremos

a nossa atenção na modernização das infraestruturas, na introdução de combustíveis alternativos nos transportes e na promoção de tecnologias hipocarbónicas (tanto na energia, como na indústria e nos transportes). Do nosso ponto de vista, são particularmente importantes medidas que combatam a seca, com ênfase na prevenção.

Há muito para fazer este ano. No plano europeu, a redação da legislação precisa de ser aperfeiçoada e temos de alcançar o maior consenso possível para que o novo período não comece com um grande atraso logo ao início. Nas negociações que se avizinham, a Chéquia considera ser crucial, por exemplo, chegar a um consenso sobre as regras de concentração temática, que são muito rígidas, bem como nas questões financeiras: a redução do nível de financiamento da UE e a regra N+2 de anulação de autorização seriam sinónimas de grandes problemas para nós. Em 2019, no plano nacional, o foco incidirá sobre o processamento do Acordo de Parceria e dos programas operacionais. ■



Keit

한국산업기술평가관리원
Korea Evaluation Institute of Industrial Technology

Delegação coreana inspirada pela cooperação transnacional na Europa

Durante uma visita ao programa transnacional Interreg Mediterrâneo, Kim Sung-hoon, chefe do Centro de Avaliação do Desenvolvimento Equilibrado (CADE) do Instituto de Avaliação Tecnológica Industrial da Coreia (IATIC) reagiu à cooperação entre os países vizinhos do Mediterrâneo. Mandatado pelo Comité Presidencial para o Desenvolvimento Nacional Equilibrado, o centro avalia o desempenho, faz investigação e disponibiliza uma plataforma de informação para os projetos de desenvolvimento equilibrado na Coreia. A visita da delegação coreana tinha por objetivo encontrar inspiração na execução da política regional na Europa e ver como os países do Mediterrâneo cooperam em domínios específicos para fortalecer o papel da UE enquanto forte modelo económico, social e político.

Porque é que estava interessado em visitar o programa Interreg MED?

Interessava-me aprender sobre a forma como 13 países no Mediterrâneo cooperam para desenvolver a região. Como sabe, a República da Coreia (Coreia do Sul) enfrenta muitas vezes dificuldades na promoção de programas de desenvolvimento transfronteiriços com países vizinhos, como a China, a República Popular Democrática da Coreia (Coreia do Norte) e o Japão, devido às circunstâncias políticas complexas e ao contexto histórico. Assim, esperava poder levar algumas lições do programa MED para o nordeste asiático.



MAESTRALE: PENSAR FORA DAS FRONTEIRAS

As alterações climáticas não conhecem fronteiras. No verão, as temperaturas continuam a aumentar, atingindo por vezes os 50 °C e fazendo do Mediterrâneo uma das áreas mais afetadas por este fenómeno no planeta. As temperaturas extremas produzem secas, incêndios florestais e inundações. Todos os países junto ao Mediterrâneo estão na linha da frente destes desafios.

Como tal, os governos têm de enfrentar estes problemas globais em conjunto. Nenhum país consegue lidar sozinho com desafios a esta escala, e é precisamente por isso que a Comissão Europeia criou programas de cooperação transfronteiriça. O Interreg Mediterrâneo é um deles.

No Mediterrâneo, Portugal, Espanha, França, Gibraltar, Itália, Malta, Eslovénia, Croácia, Bósnia e Herzegovina, Montenegro, Albânia, Grécia e Chipre juntaram forças para encontrarem em conjunto soluções para problemas comuns. Ainda que tenham um âmbito transnacional, cada um destes 91 projetos, cofinanciados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional ao abrigo do quadro programático, está a produzir resultados que beneficiam as vidas dos cidadãos nas regiões abrangidas pelo programa Interreg MED.

Recentemente, o projeto MAESTRALE provou que envolver a sociedade civil num projeto de cooperação não é só possível, é também benéfico. Vários estudantes do ensino secundário da Escola Técnica Profissional Tito Sarcocchi, em Siena, na Itália, participaram numa experiência promovida pela Universidade de Siena. Projetaram, fabricaram e montaram o protótipo de uma turbina eólica, que lançaram às águas da Fonte Gaia, para fascínio dos espetadores.

Este foi, no entanto, apenas o começo de uma bela viagem. Retomaram a experiência em Málaga, em Espanha, para mostrarem a outros estudantes o protótipo que tinham construído. Juntos, reconstruíram uma nova versão vertical do protótipo e testaram-na.

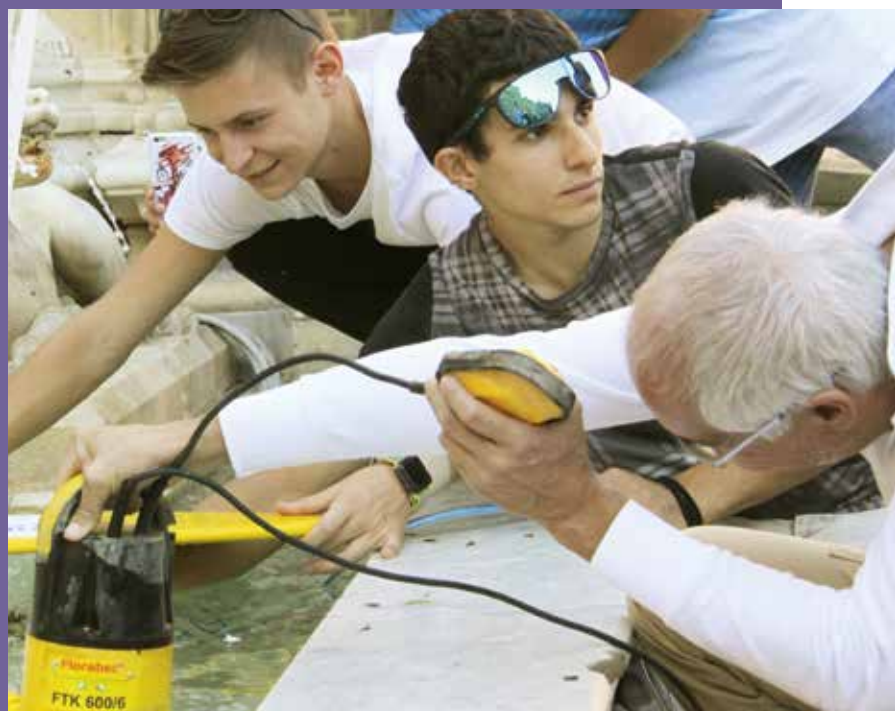
Haverá melhor forma de construir o futuro da Europa do que fazer com que os jovens compreendam os seus desafios e soluções por via da cooperação?

O programa Interreg MED abrange um vasto leque de domínios: inovação no crescimento azul e verde e nas indústrias sociais e criativas, edifícios públicos eficientes, fontes de energia renovável locais em planos e estratégias de combinação energética, sistemas de transporte hipocarbónicos, turismo sustentável, bem como a proteção da biodiversidade e dos recursos naturais.

Com um investimento total de 275 milhões de euros, o programa visa promover um crescimento económico mais verde e mais sustentável até 2020.

SAIBA MAIS

<https://maestrale.interreg-med.eu/>



Também me impressionou que as áreas de colaboração do programa não se esgotassem na tecnologia, na I&D e na regeneração urbana. Incluem problemas complexos e transfronteiriços, como o desenvolvimento hipocarbónico, a proteção de recursos naturais e culturais, a promoção da inovação e o reforço da governação, que são mais complicados e difíceis de coordenar entre países.

Quais são as suas expectativas para esta visita a um programa de cooperação?

Esperava aprender sobre o sistema e as metodologias de avaliação de desempenho, o índice de avaliação, e os resultados do sistema de avaliação baseado na opinião do programa Interreg MED. Esperava também encontrar ideias novas sobre um programa de desenvolvimento equilibrado e conceitos de desenvolvimento regional e os seus sistemas operacionais que pudessem ser transpostos para a Coreia do Sul.

O que é que mais o marcou no domínio do desenvolvimento regional através da cooperação europeia?

Impressionou-me ver que 13 países da costa norte do Mediterrâneo trabalham juntos em matéria de desenvolvimento regional, ao mesmo tempo que investem em e apoiam projetos que abrangem mais de três países.

Interessou-me particularmente o «Crescimento Azul», um dos sete domínios do programa, visto que a Coreia do Sul fica na Península da Coreia. Embora estejamos a trabalhar com a China e o Japão em matérias ambientais, incluindo a poluição do ar transfronteiriça, através da Parceria do Nordeste Asiático Para a Melhoria da Qualidade do Ar, considero que o âmbito e as áreas de cooperação precisam de ser expandidos. Neste sentido, os temas e os projetos do programa Interreg MED, tais como a energia azul, as pescas e a aquicultura, a fiscalização marítima integrada,

as biotecnologias e o turismo costeiro e marítimo são muito práticos e orientados para os resultados.

Além disso, foi útil aprender sobre os indicadores de desempenho detalhados e as metas de cada objetivo temático do programa para 2014-2020. O CADE também faz um esforço para verificar a viabilidade de projetos de desenvolvimento equilibrado e avaliar os indicadores de concretização. ■



Reserva Natural da Scandola, Córsega

NOTÍCIAS [BREVES]

«DESTAQUES DO INTERREG» –
OU O INTERREG SIMPLIFICADO

Neste nosso mundo incerto, temos uma garantia: podíamos explicar melhor ao contribuinte para onde vai o seu dinheiro e com que resultados. É aqui que entra o novo blogue Interreg Highlights (Destaque do Interreg). O blogue é um empreendimento conjunto de toda a comunidade Interreg, que reúne um conjunto de histórias sobre os benefícios humanos e regionais da cooperação Interreg por toda a Europa. É a hiperligação que pode enviar alegremente para os seus amigos e família quando estes lhes perguntarem o que é o Interreg.

Na última década, a maior fatia da comunicação passou do papel para as plataformas em linha, com as redes sociais a concentrar a maioria da atenção. No entanto, todas as modas têm um lado negativo. Perante o inevitável excesso de informação, os estudos mostram que as pessoas começam a desejar mais do que mensagens de 280 caracteres. É difícil desenvolver um entendimento aprofundado sobre qualquer tema a partir de fragmentos de informação. Este blogue pretende ser uma fonte fidedigna e interessante de conhecimento europeu, ao oferecer artigos versáteis mas fáceis de compreender sobre o Interreg.

O blogue está aberto a contributos que ofereçam ângulos interessantes sobre a cooperação ao abrigo do Interreg, quer seja através das pessoas ou das mudanças nas suas vidas, regiões, políticas ou entendimento.

Pode encontrar o blogue no portal de informação sobre o Interreg em www.interreg.eu/interreg-highlights

Contacte-nos se tiver uma história que gostaria de publicar: linda.talve@interact-eu.net or eva.martinez@interact-eu.net

PRÉMIOS REGIOSTARS 2019

A Comissão Europeia recompensa, todos os anos, projetos financiados pela UE que demonstrem excelência e novas abordagens no âmbito do desenvolvimento regional. Com o objetivo de inspirar outras regiões e gestores de projetos em toda a Europa, as atividades de comunicação destacam os projetos participantes a nível europeu.

Em 2019, os prémios REGIOSTARS centram-se em cinco domínios fundamentais para o futuro da política regional da UE:

- promoção da transformação digital;
- ligação do verde, azul e cinzento;
- combate às desigualdades e à pobreza;
- construção de cidades resilientes ao clima;
- modernização dos serviços de saúde.

Académicos de alto nível irão avaliar as candidaturas apresentadas pelos projetos e premiar os vencedores. Além disso, o público irá selecionar e galardoar o seu próprio projeto vencedor através de uma votação em linha. Os vencedores nas cinco categorias e o vencedor escolhido pelo público receberão o merecido prémio na cerimónia de entrega dos prémios REGIOSTARS, que será realizada em Bruxelas em outubro de 2019.

Está disponível um Guia para os Candidatos na [plataforma de candidatura em linha](#), que está aberta de 19 de fevereiro até 9 de maio de 2019. O guia contém todas as informações necessárias, bem como uma descrição pormenorizada das categorias do prémio deste ano, e ainda os critérios de elegibilidade e de atribuição.





PROJETOS

VIVER E APRENDER EM CONJUNTO

**INVESTIMENTO TOTAL
3 472 892 EUR**

**CONTRIBUIÇÃO DA UE
2 778 313 EUR**

A cidade de Utreque oferece uma abordagem inovadora e inclusiva para facilitar a integração de quem procura asilo desde o primeiro dia. Os residentes e os refugiados vivem, aprendem e trabalham juntos no projeto U-RLP (Plataforma de lançamento para os Refugiados em Utreque) – uma Ação Urbana Inovadora, financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.

O projeto U-RLP em Utreque, no oeste dos Países Baixos, tem sede num centro de acolhimento, para facilitar e estimular os encontros frutuosos entre jovens residentes e os refugiados. Podem todos aproveitar os espaços sociais partilhados e beneficiar dos programas de desenvolvimento pessoal e profissional disponíveis, tais como o programa de empreendedorismo internacional, cursos de língua e outras atividades sociais.

O projeto inicial foi desenvolvido em 2016 para dar resposta à preocupação local com o centro temporário de acolhimento de refugiados no bairro de Overvecht. Havia falta de habitação no bairro, com muitos residentes a receberem baixos salários. O projeto ofereceu alojamento temporário a jovens residentes, ao mesmo tempo que facilitou a integração de refugiados ao promover encontros orientados a fim de melhorar a compreensão mútua.

Esta abordagem rara é conhecida a nível local e (inter)nacional como Plano Einstein, devido à sua localização numa rua residencial de Overvecht, a Einsteindreef. Os jovens neerlandeses mudaram-se para o centro na fase inicial do projeto, em novembro de 2016, ao passo que os refugiados chegaram durante o primeiro semestre de 2017, quando estavam a terminar as obras das instalações de receção estatais.

Em novembro de 2018, este centro temporário de acolhimento de refugiados fechou. Desde janeiro de 2019 que as lições aprendidas com o projeto são tidas em conta no desenvolvimento do centro para acolhimentos de refugiados de longo prazo ao abrigo do Plano Einstein Haydn.

Criar uma comunidade

O conceito e a visão por trás do projeto U-RLP do Plano Einstein são o princípio da «ativação desde o primeiro dia», em que as pessoas têm oportunidade de se misturar desde o princípio. Os jovens residentes e os refugiados podem beneficiar de formação individual e frequentar eventos de desenvolvimento pessoal, bem como os cursos disponibilizados.

A criação de uma comunidade tem sido central para o sucesso do projeto. Um dia aberto, em setembro de 2017, atraiu 600 pessoas. Do seio do projeto têm surgido iniciativas sociais espontâneas, como a estação de rádio comunitária «Radio Einstein». Os residentes têm aberto negócios, feito voluntariado na cidade ou prosseguido os seus estudos.

O projeto ilustra a abordagem ampla à integração de refugiados, na qual os voluntários e os profissionais trabalham em concertação com as partes interessadas.

O Governo neerlandês está atualmente a estudar o uso do modelo de integração do U-RLP em todos os centros de acolhimento do país. O projeto foi também apresentado a representantes de outros órgãos de poder local no âmbito do Fórum dos Assuntos Sociais da Eurocidade, em março de 2018, como um exemplo de como desenvolver a coesão social. ■

SAIBA MAIS

<http://plan-einstein.nl/>

PROJETOS

OS NOVOS COMBOIOS DE ALTA VELOCIDADE DINAMIZAM A REGIÃO POLACA DA PEQUENA POLÓNIA

**INVESTIMENTO TOTAL
71 441 548 EUR**

**CONTRIBUIÇÃO DA UE
41 132 031 EUR**

O Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional tem apoiado o investimento em comboios de alta velocidade e num novo eixo ferroviário, aumentando a capacidade dos serviços ferroviários regionais na zona de Cracóvia.

A empresa que opera os comboios, Koleje Małopolskie (Comboios da Pequena Polónia), desenvolveu um eixo ferroviário suburbano de alta velocidade que é ao mesmo tempo amigo dos passageiros e do ambiente. O objetivo é aumentar o volume do transporte ferroviário na região da Pequena Polónia, no sul da Polónia.

O financiamento do FEDER contribuiu para a compra de 13 automotoras elétricas, incluindo a garantia, a reparação e a manutenção. Os comboios são fabricados pela empresa polaca Newag SA.

O projeto também criou novos eixos ferroviários, como a linha que liga os importantes polos económicos e turísticos de Cracóvia e Tarnów.

Segurança e conforto dos passageiros

As novas automotoras elétricas da família Impuls respeitam as normas europeias mais rigorosas em matéria de segurança em caso de colisão e de resistência.

Também oferecem aos passageiros equipamentos confortáveis, com carruagens silenciosas, ar condicionado, assentos ergonómicos, Wi-Fi e tomadas elétricas. Os comboios foram desenhados para acolher passageiros portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Outras características avançadas são o moderno sistema de informações audiovisual, a monitorização interna, as máquinas para a venda automática de bilhetes e um sistema de contagem de passageiros. Cada comboio está equipado com desfibriladores externos automáticos (DEA) e todos os funcionários recebem formação em primeiros socorros e aprendem a usar os DEA.

Cada vez mais pessoas optam pela velocidade, conforto e conveniência dos novos comboios e eixos ferroviários da região. Isto contribui para reduzir a congestão rodoviária e a poluição atmosférica nas zonas de aglomerados urbanos e em seu redor, na região da Pequena Polónia. Os trabalhadores pendulares e os residentes das zonas urbanas beneficiam de uma melhor qualidade de vida e a região torna-se mais atraente para o investimento empresarial.

Um benefício ambiental adicional passa pelo facto de os comboios recuperarem energia por via das catenárias, o que baixa o seu consumo de energia e faz com sejam mais eficientes do ponto de vista energético e mais baratos. ■

SAIBA MAIS

<https://www.malopolska.pl/>

PAÍSES DA REGIÃO DOS ALPES TRABALHAM JUNTOS POR UM FUTURO HIPOCARBÓNICO

**INVESTIMENTO TOTAL
2 146 210 EUR**

**CONTRIBUIÇÃO DA UE
1 580 877 EUR**

O projeto inter-regional IMEAS oferece orientações práticas e oportunidades de colaboração para ajudar importantes agentes na região dos Alpes a fazerem a transição para uma economia hipocarbónica.

Está em andamento uma transição energética à escala global, alimentada pela necessidade de se reduzirem as emissões de dióxido de carbono para limitar as alterações climáticas. A estratégia de longo prazo da UE tem em vista uma Europa com impacto neutro no clima em 2050.

Os países alpinos enfrentam desafios e oportunidades comuns no desenvolvimento de políticas hipocarbónicas e de planos para a energia sustentável. Os sete países que fazem parte do programa inter-regional para o espaço Alpino, financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, estão a trabalhar no sentido de desenvolverem soluções partilhadas através do projeto IMEAS.

O nome IMEAS refere-se a «Modelos energéticos integrados e a vários níveis para o espaço Alpino». A equipa do projeto é multidisciplinar e reúne parceiros especializados em matérias técnicas, sociológicas e territoriais.

Há muitos atores, públicos e privados, de diversos setores com um papel a desempenhar na transição energética. O projeto IMEAS está a desenvolver um modelo de rede para as partes interessadas em que descreve o seu papel, relações e incentivos à tomada de decisões. Também se incluem diferentes níveis de governação: das vilas aos governos nacionais. O objetivo é que este entendimento multidimensional promova mais e melhor cooperação.

Ferramentas práticas

O objetivo do IMEAS é garantir uma abordagem mais consistente, integrada e participativa. As autoridades públicas e outros responsáveis pela energia sustentável podem usar as ferramentas do projeto para incluir intervenientes importantes em todas as fases da conceção e da execução.

O apoio prático disponibilizado pela plataforma em linha do IMEAS inclui quadros de referência para o desenvolvimento da energia hipocarbónica a longo prazo em toda a região até 2020.

Estão também disponíveis orientações exaustivas sobre como melhorar a eficácia e a eficiência das iniciativas hipocarbónicas. As pessoas podem partilhar inovações e experiências das diferentes abordagens, que são também um ponto forte na região dos Alpes.

O projeto terminará em dezembro de 2019 e a plataforma Web do IMEAS continuará disponível até 2023. Mesmo não tendo criado diretamente nenhum posto de trabalho, o projeto abordou muitos temas relacionados com a energia e o planeamento climático, que representa um setor de investigação e inovação em crescimento. ■

SAIBA MAIS

<https://www.alpine-space.eu/projects/imeas/en/home>
<https://www.imeas.eu>

AGENDA

7-8 DE MAIO

Budva (ME)

Fórum EUSAIR

22-23 DE MAIO

Bucareste (RO)

Conferência anual do Interreg

20-21 DE JUNHO

Bucareste (RO)

«Investir no nosso Futuro Comum: 8.ª Conferência para a Avaliação da política de coesão europeia»

7-10 DE OUTUBRO

Bruxelas (BE)

Semana Europeia das Regiões e dos Municípios

INFORMAÇÃO JURÍDICA

A Comissão Europeia, assim como qualquer pessoa agindo em seu nome, não pode ser considerada responsável pela utilização dada às seguintes informações.

Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia, 2019

PDF: ISSN 1725-8154 KN-LR-19-068-PT-N

© União Europeia, 2019

Reutilização autorizada mediante indicação da fonte.

A política de reutilização de documentos da Comissão Europeia é regida pela Decisão 2011/833/UE (JO L 330 de 14.12.2011, p. 39).

Para qualquer utilização ou reprodução de fotografias ou outros materiais não abrangidos pelos direitos de autor da UE, é necessário obter permissão diretamente junto dos titulares dos direitos de autor.

Esta revista é impressa em papel reciclado em inglês, francês, alemão, búlgaro, grego, espanhol, italiano, polaco e romeno. Está disponível em linha em 22 línguas no sítio: http://ec.europa.eu/regional_policy/pt/information/publications/panorama-magazine/

O conteúdo da presente edição foi concluído em abril de 2019.

Printed by Bietlot in Belgium

FOTOGRAFIAS (PÁGINAS):

Capa: © Agência de Dezvoltare Regională Nord-Vest

Página 3: © União Europeia

Página 4: © União Europeia/Georges Boulougouris

Página 5: Esquerda © União Europeia, 2019/ Carlo Hermann;

Direita © União Europeia, 2019/ Aaron Berkovich

Página 6: © União Europeia, 2019

Página 7: Esquerda © União Europeia, 2018/ Joshua Paul;

Direita © União Europeia, 2019

Página 9: © União Europeia

Página 10: © URBACT

Página 11: © União Europeia, 2019/Lukasz Kobus;

Instrumentos financeiros

Página 12: © União Europeia

Página 14: © iStock, Adrian Catalin Lazar – © iStock, scanrall

Página 15: © iStock/SolStock

Página 16: © iStock/salajejan; © Agência de Dezvoltare Regională Nord-Vest

Página 17: © Agência de Dezvoltare Regională Nord-Vest;

Página 19: © Agência de Dezvoltare Regională Nord-Vest;

© Dreamstime/Horia Vlad Bogdan

Página 20: © Agência de Dezvoltare Regională Nord-Vest

Página 21: © iStock/ShevchenkoAndrey;

© Agência de Dezvoltare Regională Nord-Vest

Página 22: © iStock/matthiben; © iStock/ah_fotobox;

© iStock/laurent; © iStock/lvinst; © iStock/spooh;

© iStock/zodebala

Página 24: © iStock/VladimiSklyarov

Página 25: © iStock/CCeliaPhoto

Página 26: © iStock/MariusLtu

Página 32: © Paula Blanco

Página 33: © Curant

Página 34: © Magdalena Plotla

Página 35: © iStock/taranchic; © iStock/holgs

Página 37: © ERR/Kairit Leibold

Página 38: © iStock/Zaharov

Página 39: © Transparency International Portugal

Página 42: © Região de Cujávia-Pomerânia, Polónia

Página 43: © Ministério do Desenvolvimento Regional, Chéquia

Página 44: © Instituto de Avaliação da Tecnologia Industrial da Coreia

Página 45: © Programa Interreg Mediterrâneo – projeto Maestrale

Página 46: © iStock/JacquesB425

Página 48: © Henni Bunnik

Página 49: © Bartosz Tyszko

Página 50: © iStock/jkitan

MANTENHA-SE LIGADO



ec.europa.eu/regional_policy
cohesiondata.ec.europa.eu



[@EUinmyRegion](https://twitter.com/EUinmyRegion)



[EUinmyRegion](https://www.facebook.com/EUinmyRegion)



[flickr.com/euregional](https://www.flickr.com/euregional)



[EUinmyRegion](https://www.youtube.com/EUinmyRegion)



[euinmyregion](https://www.instagram.com/euinmyregion)



ec.europa.eu/commission/2014-2019/cretu_en
[@CorinaCretuEU](https://twitter.com/CorinaCretuEU)



Serviço das Publicações
da União Europeia

Comissão Europeia
Direção-Geral da Política Regional e Urbana
Comunicação – Agnès Monfret
Avenue de Beaulieu/Beaulieulaan 1 – B-1160 Bruxelles/Brussel
Endereço eletrónico: regio-panorama@ec.europa.eu